

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GIOVANNA SANTANA

PEQUENOS COLÉGIOS, GRANDES EMPRESAS:
A REPRODUÇÃO DA ORDEM SOCIAL NA ÓTICA DAS ESCOLAS-EMPRESAS

Florianópolis,

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PEQUENOS COLÉGIOS, GRANDES EMPRESAS:

A REPRODUÇÃO DA ORDEM SOCIAL NA ÓTICA DAS ESCOLAS-EMPRESAS

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em História, Curso de História, sob orientação do Professor Elison Antonio Paim.

Florianópolis,

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às horas, na Sala 10 do PPGH do Centro de Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Elison Antônio Paim**, Orientador e Presidente, a Professora **Ana Paula da Silva Freire**, Titular da Banca, e a Professora **Thatiana de Oliveira Santana**, Suplente, designados pela Portaria nº 105/TCC/HST/15 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Giovanna Santana**, subordinado ao título: “**Pequenos colégios, grandes empresas: a reprodução da ordem social na ótica do ensino privado em Santa Catarina**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido do Professor **Elison Antônio Paim**, a nota final **10,0** da Professora **Ana Paula da Silva Freire**, a nota final **10,0** e da Professora **Thatiana de Oliveira Santana**, a nota final **10,0** sendo aprovada com a nota final **10,0**. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia onze de dezembro de dois mil e quinze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 1 de dezembro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. **Elison Antônio Paim**

Prof. **Ana Paula da Silva Freire**

Prof. **Thatiana de Oliveira Santana**

Candidata **Giovanna Santana**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Guilherme Santana, matrícula n.º 11101944, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Pequenas indústrias, grandes empresas: a reprodução da ordem social na ótica dos estudos-empresariais com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2011.

Assinatura manuscrita de Elisete Paiva, sobre uma linha horizontal.

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais por proporcionarem as condições materiais e imateriais que me permitiram o privilégio da realização deste estudo.

Aos integrantes do Programa de Educação Tutorial em História da UFSC pelas construtivas experiências de gestão coletiva e pelas várias leituras dedicadas aos intérpretes do Brasil, muitas das quais, incorporadas à pesquisa.

Ressalto a dedicada orientação do professor Elison Antonio Paim, pelos incentivos e correções, deveras diligente; e igualmente, agradeço aos demais orientandos vinculados aos estudos educacionais pelas considerações relevantes, cujo elucidaram a trajetória do presente trabalho.

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho busca compreender de que maneira a educação formal privada tem contribuído para a reprodução da ordem social não democrática no Brasil contemporâneo. Optou-se metodologicamente por estudar o problema a partir da análise do fenômeno aqui concebido enquanto escola-empresa, o qual se caracteriza pela comercialização de “promessas” por vagas no ensino superior público. A tendência originada pelos cursos pré-vestibulares, hoje, tem alcance internacionalizado, visto que permuta pela bolsa de valores. O fenômeno posto em observação diz respeito aos cursos e colégios preparatórios do tipo franquizados atuantes no Estado de Santa Catarina. Estes – de caráter competitivo e fortemente assimilado por um teor administrativo empresarial – têm assumido o tratamento nítido da educação como um lucrativo empreendimento – tanto na projeção de suas respectivas propagandas, bem como na formulação da sua cultura escolar. Busca-se responder por quais meios de autoreprodução das escolas empresas tem corroborado para o cerceamento do acesso à educação de qualidade. Intentando ao objetivo de compreender as complexidades das escolas-empresas na formação tanto de sujeitos como no discernimento coletivo a respeito de educação, atribuídos ao conjunto da análise, tornam-se debates transversais: o recente projeto de democratização da escolaridade no Brasil, o cerceamento da expansão do direito à educação pública pelo do mercado empreendedor nacional e internacional, o mito histórico de qualidade das escolas privadas, e os respectivos efeitos ideológicos reproduzidos pelos sistemas mercadológicos de ensino. Na tentativa de melhor apreender os reflexos ideológicos empresariais na composição do currículo e das práticas escolares utiliza-se como ferramenta o conceito de cultura escolar de Forquin (1993) para fenômeno das escolas-empresas, em diálogo com o estudo de Aguiar (2013) a respeito do processo de empresariamento escolar do sujeito.

Palavras-chave: pré-vestibular; ensino franquizado; educação; mercadoria; reprodução social;

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	03
RESUMO.....	06
LISTA DE ABREVIATURAS.....	08
INTRODUÇÃO.....	09
1. - CAPÍTULO 1: CONSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS NO BRASIL.....	14
1.1 Educação na forma de escolaridade.....	14
1.2 Importação do modelo escolar como projeto educativo e seus desdobramentos.....	16
2.- CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA.....	27
2.1 O mito histórico da qualidade da escola privada.....	27
2.2 Educação em oferta na bolsa de valores.....	31
2.3 O mercado das escolas-empresas em Santa Catarina	38
2.4 O Naufrágio na região Sul: aspectos do abismo entre matriz e franquias.....	44
2.5 A clientela e cultura escolar das escolas-empresas.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS

ALESC Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CELESC Centrais Elétricas de Santa Catarina
COC Curso Oswaldo Cruz
COPERVE Comissão permanente de vestibular
ENEM Exame Nacional do Ensino Médio
EJA Educação de Jovens e Adultos
FENEP Federação Nacional das Escolas Particulares
IDEB Índice de desenvolvimento da Educação Básica
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPO Oferta Pública Inicial
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC Ministério da Educação
NAME Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino
ODMT Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
PROUNI Programa de Universidade para todos
PVPs Pré-vestibulares Populares
PVNCs Pré-vestibulares para Negros e Carentes
PVRPs Pré-vestibulares de Resistência Popular
SEB Sistema Educacional Brasileiro
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UNIR Universidade Federal de Rondônia
UNISUL Universidade do Sul de Santa Catarina
UDESC Universidade Estadual de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

O processo de expansão em massa das oportunidades educativas, principalmente através do acesso às escolas, é um dado bastante recente se situado no histórico da humanidade como um todo. Hoje, espera-se muito da escola e em decorrência do contexto, espera-se quantitativa e qualitativamente mais. Apesar de seu estado recente, suas demandas são infinitas e insaciáveis, assim como as expectativas sobre o seu potencial de transformação. Confunde-se educação com escola, aprendizado com escolaridade, em suma, educação em geral (*latu sensu*) com educação formal (*strictu sensu*) (ILLICH, 1985).

O monopólio da escola no que se refere à educação é um fato consumado, quer no aspecto econômico e político, quer no reconhecimento popular. Receber acesso à educação hoje, tanto no Brasil como também em outros países, é sinônimo de frequentar o ambiente escolar. É direito constitucional garantido, embora o número de vagas suficientes nas escolas não o seja. Pesquisadores têm considerado que os discursos pioneiros os quais insinuem uma relação diretamente proporcional entre desenvolvimento social e acesso à educação por meio da escola remontam, apenas, ao século XX. E mesmo que esta instituição efetivamente não desempenhe suas demandas de forma plenamente satisfatória, confia-se às escolas a competência e legitimidade para definir os rumos do que virá a ser educação e o que fará parte dela, pelo menos numa perspectiva ampla e socialmente aceita (ALVES, 2006).

Não obstante, situa-se na aparente justaposição entre as ideias de educação e escolaridade o cerne de diversas problemáticas que atualmente vive a escola, e, em decorrência da força que tal instituição exerce sobre o ato de educar, a educação como um todo. O problema torna-se ainda mais complexo, quando no desenvolvimento do projeto escolar ramificam-se duas tendências contraditórias e desiguais, provenientes, a princípio, da livre iniciativa, para recentemente incorporar o setor público. Apesar disso, ambos projetos escolares são frequentemente comparados e, quando avaliados por critérios semelhantes dissociados dos aspectos históricos, sobressai o mito de qualidade da escola privada.¹

¹ O mito de qualidade da escola privada diz respeito a repetição de determinados argumentos que intentam para a comprovação da melhor qualidade nas escolas privadas, os quais comumente estão centrados na tríade tecnologia na estrutura pedagógica e na qualidade dos editoriais em materiais didáticos; no corpo de especialistas de todos os tipos e na atestabilidade dos exames públicos como o ENEM, vestibular e a Prova Brasil. Os argumentos puderam ser extraídos através da leitura da obra Ideologias em conflito: escola pública e escola privada, bem como foram recorrentes em determinados discursos abordados no trabalho. (BUFFA, 1979)

Isso posto, o presente trabalho busca avaliar as composições históricas de ambos projetos, com objetivo de rever os argumentos de qualidade da escola privada, além da pretensão de reforçar as pesquisas dedicadas hoje na denúncia das condições não democráticas da educação escolar.

Assim, o recorte do problema para o caso das escolas-empresas fundamenta-se na sua nítida (re)significação da ação educativa como um simplório nicho de mercado. Atualmente, os sistemas de ensino privados com fins no curso superior se tornaram instrumentos de extrema necessidade para os estudantes, cujo disputam pelas vagas em cursos prestigiados nas universidades públicas. Igualmente como constatado nos estudos de Sato (2011) no que se refere à Universidade Federal de Santa Catarina (SATO, 2011).

Consumidos por milhares de alunos, os sistemas de ensino franqueado— através do qual as escolas-empresas puderam se disseminar — desde o ano de 2006 no Brasil, tem sido alvo de investimentos internacionais em larga medida. Este processo, conceituado como oligopolização engendra num tratamento puramente financeiro da esfera educacional; em virtude disso, há quem afirme que educação tenha se tornado um *commodity*.² Concentrando-se em conglomerados econômicos, grandes sistemas de ensino privado estão atendendo às direções do capital externo e que, por vezes, são aspectos distraídos para o público usuário. Pois, são estratégias comuns utilizadas com intuito de simular continuidade após a venda da empresa a manutenção de administração local (ainda que subordinada) e a adoção dos mesmos recursos visuais da marca adquirida (OLIVEIRA, 2009).

Dada a primeira apresentação sucinta do problema, têm-se como pressuposto à pesquisa que se assenta sobre o mito da qualidade da escola privada tanto as contradições advindas da relação distorcida entre educação e escolaridade, que associadas às relações históricas de privilégios, auxiliam na reprodução da ordem social vigente; e conquanto, não igualitária. O caminho a ser percorrido na pesquisa, em suma, considera as diferentes significações encaradas pela educação no formato de escolaridade que vão do privilégio ao direito, e a

² Expressão utilizada para representar a exportação de um produto bruto produzido em larga escala com objetivo de exportação. “A mercantilização ou a Educação como *commodity* apenas veio reforçar a nova tendência de objetivos econômicos ante ao social, negócio versus cultural, e nesse sentido é compreendida apenas como um fator de fortalecimento das ações de tais organismos na influência da aplicação de suas medidas em países em desenvolvimento. [...] Tratar a Educação como mercadoria seria considerar o acesso restrito a quem detém o capital para comprá-la, excluindo as populações mais pobres e concentrando as regras do jogo nas elites dominantes.” (BENDRATH, 2008, p. 45-50)

deturpação deste último pelo mercado. Tem-se como intuito final delinear a compreensão de educação transmitida por esses sistemas de ensino mercadológicos na formação do ser social, os quais ufanam – por intermédio da cultura escolar – os sentimentos de mérito desapegados da disparidade presente na conjuntura social.³

Por intermédio do uso da categoria cultura escolar – em diálogo com a leitura de Forquin (1993) – busca-se captar na análise de dois exemplos institucionais as práticas escolares submetidas ao dogma do mercado, procurando compreender de que maneira a lógica produtivista nos sistemas garante sua autoreprodução e influencia no processo de ensino-aprendizagem. Em resumo, o conceito cultura escolar entende-a como conjunto de apropriações e significações culturais adaptadas pelo e no âmbito escolar para formação do currículo, e de modo semelhante, para a intencionalidade por detrás de certas práticas escolares cotidianas. Nesse sentido, utilizaremos o conceito de cultura escolar ao fenômeno das escolas-empresas na expectativa de melhor apreender os reflexos ideológicos empresariais na composição do currículo e das suas práticas, os quais podem influenciar de modo mais ou menos marcante os alunos submetidos ao cotidiano da empresa. Com relação a este último, será estabelecido o diálogo com o estudo de Aguiar (2013), sobre processo de empresariamento escolar do sujeito, inspirado pela teoria da biopolítica do poder de Michel Foucault, a respeito das diretrizes do mercado neoliberal para a escolarização. Em suma, Aguiar defende que a dinâmica empresarial associada aos procedimentos pedagógicos, cujo prepara, sobretudo, sujeitos para superação da concorrência, é capaz de instruir uma determinada conduta pouco receptível à vida alheia (AGUIAR, 2013;FORQUIN, 1993).

Assim, cabe apresentar que os sistemas escolares a serem enfatizados na presente análise são respectivamente o já oligopolizado sistema de ensino Curso Oswald Cruz (COC), cujo vendeu sua editoria de materiais didáticos – igualmente usados por escolas públicas municipais – e que nos últimos anos encontra-se sob domínio de produção do empresariado britânico; assim como o Sistema de Ensino Energia que ainda atende por administração do

3 “Podemos falar que a ideologia principal do mundo moderno é a “meritocracia”, ou seja, a ilusão, ainda que seja uma ilusão bem fundamentada na propaganda e na indústria cultural, de que os privilégios modernos são “justos”. Sua justiça reside no fato de que “é do interesse de todos” que existam “recompensas” para indivíduos de alto desempenho em funções importantes para a reprodução da sociedade. O “privilégio” individual é legitimado na sociedade moderna e democrática, fundamentada na pressuposição de igualdade e liberdade dos indivíduos, apenas e enquanto exista essa pressuposição. [...] “O “esquecimento” do social no individual é que, em última análise, justifica e legitima todo tipo de privilégio em condições modernas.” (SOUZA, 2009, p. 43)” (SOUZA, 2009, p. 43).

grupo empresário local, e se encontra em constante disputa pelo topo do *ranking* escolar de aprovações no Estado de Santa Catarina. A escolha do segundo colégio faz-se tanto pela sua representação de um importante segmento no mercado local, como também porque experimentei um histórico escolar no cotidiano dessa específica empresa na posição de cliente. Especula-se, ainda, a probabilidade de que esta marca de ensino venha a incorporar o mercado do oligopólio, já que nos últimos anos, apresentou perdas importantes em franquias no sul catarinense (BECKER, 2012).

Dito isso, as fontes tratam-se de documentos tornados públicos pelas empresas na elaboração dos seus *websites* e redes sociais, pois entendo que são estes as principais evidências que acusam para a intencionalidade na prática empresarial das escolas em questão. As demais necessidades de informação serão suprimidas através de periódicos e revistas, visto que é pouco frequente às colaborações no que toca os documentos da livre iniciativa, ainda mais, para seu estudo crítico e contemporâneo (FORQUIN, 1993).

Em fim, o texto divide-se em dois capítulos sendo o primeiro dedicado a compreensão das privilegiabilidades em torno da composição do direito à escola. Predisposto no Capítulo 1. Origem e constituição das escolas no Brasil serão desenvolvidas as problemáticas provenientes do projeto escolar como medida educativa, por meio de pesquisa bibliográfica, e justificando sua necessidade mediante o argumento de que a existência parelhada e mútua dos dois âmbitos escolares (público e privado) – similarmente usufruídos e reconhecidos pelo todo social – é a condição na qual ressalta a preponderância do segundo sobre o primeiro; o que significa dizer, que se tratam das condições precisas para uma possível articulação em prol da irrefutável qualidade da escola privada.

Adiante, no Capítulo 2 – Educação como mercadoria, pretende-se desenvolver os desdobramentos da venda educacional em oligopólio, bem como a defesa dos interesses particularistas no campo da educação pública. Desenvolvendo os argumentos históricos que fundamentam o mito de qualidade escolar privado, serão objetivados na presente análise as práticas escolares dos alcunhados Terceirões, atentando para a (re)significação do mercado acerca do direito à educação pública de qualidade.⁴ Reserva-se também a discussão dos

4 O Terceirão é uma modalidade de ensino originada nos pré-vestibulares que instituíram também educação básica. De modo geral é o último ano do ensino médio na forma de pré-vestibulares, que, por vezes, só se diferencia do último pelo caráter de formação escolar. Pois, enquanto o pré-vestibular chamado Terceirão é considerado pertinente ao sistema escolar, os pré-vestibulares encontram-se na margem dessa categoria.

argumentos utilizados pelo marketing educacional na construção da imagem da marca empresarial escolar – com aporte bibliográfico da área – pretendendo desenvolver de modo semelhante a respeito das relações da famílias e aluno na posição de clientela escolar (ALVES, 2006).

CAPÍTULO 1: CONSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS NO BRASIL

1.1 Educação ou escolaridade?

Educação no sentido amplo, o mesmo que dizer em *latu sensu* deve ser compreendido como uma atividade fundamental para a existência da natureza humana. Segundo como exposto pela filósofa Maria Denise Guedes: “[...] entendendo-a como a atividade humana mediadora do processo de formação do indivíduo. Ou seja, considerando que é por meio da educação que cada indivíduo singular se apropria das características genéricas humanas e se torna um ser histórico e social.” (GUEDES, 2007, p. 07).

Por via de regra, verifica-se que o interesse social em educação é indelével por dois aspectos. O primeiro, ao considerar a dinâmica dialética da formação humana o que pressupõe uma demanda de necessidades educativas infinita, a qual incide diretamente no que tornar-se-á exigência para a formação social; e segundo, dada como real a reprodução da sociedade em meio à sucessivas trocas de gerações, o que prevê a educação como método de salvaguardar aspectos fundamentais daquela sociedade e dos diversos grupos em particular. Assume-se, pois, o fato de que a educação têm como função eminente de sua natureza produzir e reproduzir os meios de vida existentes. Conseqüentemente, o conteúdo relevante para a educação não poderá estar em total dissonância com a lógica social sobreposta.

Da forma como considerado, o movimento histórico das sociedades é determinante para a formulação de infinitas demandas educacionais. Assim, constata-se que historicamente:

A educação tem variado infinitamente com o tempo e o meio. [...] cada sociedade, considerada em momento determinado de seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível [...] Para definir educação será preciso, pois, considerar os sistemas educativos que ora existem, ou tenham existido, compará-los e apreender deles os caracteres em comum. (DURKHEIM, 1978, p. 35-38)

Sem embargo, para além dessa definição teórica do que vêm a ser educação no sentido filosófico do termo, obtêm-se, em contrapartida, o projeto educacional em prática. Reiterando as palavras do sociólogo, uma definição de educação que se aproxime do sentido condizente com a realidade em tempos contemporâneos depende tanto da compreensão profunda da estrutura social na qual está inserida, assim como do conhecimento histórico sobre fenômeno.

Ciente da amplitude do conceito de educação, compreender como tal mediação ocorre no quadro de desenvolvimento atual se faz possível por intermédio do estudo das manifestações que esta assume no meio empírico. Desse modo, o processo histórico de desenvolvimento da escola – que vai desde o surgimento como instituição educativa minoritária até o seu alargamento como medida educacional obrigatória – desvela contradições relevantes para esta análise, na medida em que a aparência formal (escola) passa a ser confundida com seu conteúdo essencial (educação) (ILLICH, 1985).

Ao definir instituição educacional, Saviani (2007) afirma a existência de um aspecto redundante entre o termo e seu sentido educativo, posto que o significado de instituição já pressupõe conteúdo instrutivo por essência. O autor em referência entende instituição como órgão de ação coletiva que têm como pretensão satisfazer continuamente uma necessidade humana não-transitória, na medida em que as sucessivas transformações sociais exigem dela algo sempre inovador. Logo, o processo de formalização da educação esbarra na elaboração de métodos próprios para lidar com as atividades geridas no âmbito escolar, e reciprocamente, exige a especialização de indivíduos para que estes se tornem aptos (ou no mínimo legitimados) para o exercício na instituição. Segundo esta concepção – após um longo panorama histórico – a escola tornou-se um agente normativo da educação no meio social, pois, depois de disseminada a escolaridade, reconhecidamente deixou-se a educação como responsabilidade difundida entre meio social, e em contrapartida, tornou-se mais consciente e racionalizada no cerne da escola, do Estado e da família (SAVIANI, 2007).

Ao discorrerem acerca da função social do sistema escolar francês, Bourdieu e Passeron (1970) afirmaram que a instituição escolar impõe um *habitus cultural* aos agentes internos, ação cuja finalidade suscita no processo pelo qual se reproduz a sociedade pertencente. No entanto, para os mesmos o conteúdo cultural imposto foge da apreensão institucional escolar, e assim, complexifica o entendimento último do que vêm a ser os mecanismos de reprodução social (BOURDIEU; PASSERON, apud ROSENDO, 2009).

Porquanto, faz-se necessário salientar que a instituição não exclusivamente reproduz um conteúdo que determina seu funcionamento e que ainda independente dela. Pois, levando em conta o fato de que são sujeitos diversos coordenando seu funcionamento, faz-se preciso igualmente considerar a produção cultural dentro deste espaço. Adiante, o conteúdo cultural oriundo do cotidiano escolar – repleto de conflitos e contradições – por vezes, poderá sugerir

ou até mesmo confrontar com a tradição institucional escolar, e com isso, modificar a sua existência. Isso posto, a perspectiva de Bourdieu e Passeron encontra-se parcialmente superada, pois, assim como o trecho faz menção, os autores interpretam a escola como um apenas instrumento de reprodução e produção do quadro social já existente, e assim, inviabiliza a possibilidade de alterá-lo. (SAVIANI, 1999; BOURDIEU; PASSERON, apud ROSENDO, 2009)

Para Saviani a escola – por meio da dinâmica própria de autoreprodução – constitui-se minimamente autônoma, compreensão que vai de encontro com a análise recém-criticada de Bourdieu e Passeron. Na visão do autor brasileiro, a dinâmica escolar não apenas confere autonomia, como também corresponde – dentre as outras instituições – como a mais possível de exercê-la; uma vez que observou em seu estudo a respeito do conceito, história e historiografia das instituições escolares. O que considera que o espaço escolar têm de repor constantemente suas condições próprias de produção em relação dialógica com demandas sociais que encontram-se para além da escola. Por assim dizer, a compreensão total e última dos mecanismos de reprodução da escola torna-se inviável. Por motivos que tangem ao caráter abstrato e subjetivo dessa relação, e no que diz respeito também a constante mutabilidade histórica das relações sociais (SAVIANI, 2005).

Por fim, entende-se como necessária a discussão a respeito do histórico da educação institucionalizada, ou seja, da consolidação da escola como espaço educativo pelo Brasil, com o objetivo de elencar fundamentos a respeito das transformações históricas da cultura escolar em fases de globalização do capitalismo. Certamente que, ao tentar expor de maneira breve este panorama histórico, o qual compreende nos primórdios da escola, seu paulatino progresso, estendendo-se até a sua hipertrofia, muitos aspectos relevantes – tais como análises aprofundadas de conjuntura – poderão ser desconsideradas.

1.2 Importação do modelo escolar como projeto educativo e seus desdobramentos

Tendo em vista o processo histórico de imposição cultural, a educação institucional no Brasil desperta arraigada à colonização e à dominação cultural mercantil e é inaugurada junto do processo de exploração do continente americano. A historiadora Otaíza Romanelli (1986) demonstra como na sua percepção a gênese da formação intelectual corresponde ao modelo

teórico de Saviani (1994), ao coincidir com o momento de implementação da propriedade privada em solo brasileiro:

Na fase colonial, este tipo de ação escolar é também instrumento do qual vai servir-se a sociedade nascente para impor e preservar a cultura transplantada. A forma como foi feita a colonização das terras brasileiras e, mais, a evolução da distribuição do solo, da estratificação social, do controle do poder político, aliadas ao uso de modelos importados de cultura letrada, condicionaram a evolução da educação escolar brasileira. A necessidade de manter os desníveis sociais teve, desde então, na educação escolar, um instrumento de reforço das desigualdades. Nesse sentido, a função da escola foi a de ajudar a manter privilégios de classe, apresentando-se ela mesma como uma forma de privilégio [...]. (ROMANELLI, 1986, p. 23-24)

Além do forte aspecto de dominação colonialista ressaltado no trecho, destacam-se como características dessa primeira instrução formal o carácter eminentemente confessional, com predominância das ordens jesuíticas e franciscanas, sendo que sua primeira menção documental data o ano de 1533.⁵ ⁶ De modo sucinto, seus principais objetivos pedagógicos eram civilizar e catequizar o povo fadado à pecaminosidade, adaptá-lo ao trabalho segundo a necessidade do colonizador, instruir-lhes na língua dominante, tanto no que se refere à língua falada (*nheengatu*) quanto à introdução de uma cultura escrita.⁷ Em suma, de acordo com o antropólogo e ex-ministro da educação Darcy Ribeiro: “Quase todas as ordens religiosas aceitaram, sem resistência, o papel de amansadoras de índios para a sua incorporação na força de trabalho ou nas expedições armadas da colônia.” (RIBEIRO, 1995, p. 54; ALVES, 2009).

Sendo assim, o projeto educacional que se estabelecia no contexto colonial (1500-1759) era gerido exclusivamente pelo poder eclesiástico, cujo designo direcionava-se tanto à educação para a elite – geralmente em condição domiciliar – como também à catequização “popular”.⁸ Isso posto, não é interessante para esta análise se aprofundar na organização do ensino nos períodos compreendidos entre a colônia até o início da República, principalmente

5 Outras ordens religiosas atuaram neste momento para projetar a educação formal brasileira, tais como os Beneditinos, Dominicanos, Carmelitas, Capuchinhos, entre outros, porém com maior impacto da ação jesuítica.

6 Data referente à fundação da primeira instituição de ensino franciscana, situada na Bahia. (ALVES, 2009)

7 De acordo com o estudo antropológico de Darcy Ribeiro: “Introduzido como língua civilizadora pelos jesuítas, o *nheengatu* permaneceu, depois da expulsão deles, como a fala comum da população brasileira local e subsistiu como língua predominante até 1940 (Censo Nacional 1940). ” (RIBEIRO, 1995, p. 123)

8 Presume-se que esse contingente popular em conjunto dos demais instruídos por intermédio da educação jesuítica correspondiam à 0,01% da população. O restante populacional, do qual mulheres (50%), escravos (40%), pardos, órfãos e bastardos, etc, não sendo considerados indivíduos políticos, foram marginalizados do primeiro processo de escolarização da educação brasileira. Assim, ao considerar este aspecto é preciso relativizar o termo popular, o qual diz respeito ao seu aspecto público e não necessariamente ao potencial do seu alcance. (ROMANELLI, 2008)

porque a grande maioria da população – considerando o contingente escravo e feminino – encontravam-se excluídos deste processo.

Todavia, faz-se necessário frisar que de forma intelectual e também violenta a Instituição Católica serviu, por intermédio da educação e com notável predomínio dentre outras instituições, a serviço da ordem vigente: ora operando por meios ideológicos, ora por coerção violenta (ALTHUSSER, 1980).

Ao descrever a primazia religiosa nos primórdios do sistema escolar brasileiro, Romanelli observa mudança de prioridades no projeto educacional, o qual, em um primeiro momento, destinava-se ao extrato popular, e cujo posteriormente se aproximou do público opulento. Sua obra congrega determinadas permanências de longa duração no curso a história da educação no Brasil, afirmando que – no decorrer do período colonial, de todo o império, e chegando ao alcance da experiência republicana – a escola brasileira se manteve na qualidade de exercício para poucos.⁹ E é evidente que partindo de uma realidade social na qual uma pequena facção possui muitas propriedades, outros poucos nem tanto, e a maioria do povo nada possui, a tendência será sempre regida pela contradição. Tanto o é que o estudo da educação escolar brasileira exprime o efeito dessa relação de incoerência; isso porque, no caso do Brasil, age um imperativo de dupla exploração: do grupo dominante interno somado a pressão do domínio internacional. Inserida nesta relação, percebe-se – que ensino formal exerce (com seleta influência) a reafirmação de status social – o que no caso peculiar brasileiro resultará numa adoração à cultura intelectual europeia e norte americana. Tal caldo de cultura, cuja a expressão aparece nas mais diversificadas formas, no tipo de vestimenta, comportamento, determinado credo religioso e estilo de vida em geral, encontrará no campo educacional – em meio à linguagem e ao conhecimento literário nobre europeu – rebuscados instrumentos de poder: “[...] porque esse tipo de educação veio a transformar-se no símbolo da própria classe, distintivo deste, fim, portanto, almejado por todo aquele que procurava adquirir *status*.” (ROMANELLI, 1986, p. 35; RIBEIRO, 1995).

Ademais, em decorrência do uso exacerbado de contingente escravo em labores braçais, agravar-se-á no Brasil o aspecto pejorativo desta atividade, na proporção em que será

⁹ Vale lembrar que tal restrição diz menor respeito às restrições de privilégios sociais impostas ao contingente populacional, do que comparada a impossibilidade material disposta pela quantidade de riquezas em posse administrativa da Colônia e do Império a fim de viabilizarem o projeto escolar em massa. A escassez de recursos no Brasil é um agravante de suma importância, tendo em vista o grande desvio das riquezas materiais do país para custear a vida na Metrôpole lusitana, e o seu posterior desenvolvimento econômico dependente.

enobrecido o culto à intelectualidade estrangeira. Este fenômeno, então, ganha ainda maior destaque quando situado numa sociedade em que além da má distribuição de propriedades, a divisão de classes também se assenta em preconceitos de cor. De modo geral, ao percorrer por diferentes áreas da historiografia, nota-se a presença predominante do grupo aristocrático rural e latifundiário, o qual avançou dentre as diversas esferas culturais coexistentes na totalidade do território, e feito isso, prejudicou o avanço de conquistas sociais, as quais em suas generalidades clamavam por uma sociedade pouco menos injusta. Ao produzir o clássico *Raízes do Brasil* (1995), o historiador Sérgio Buarque de Holanda ressalta a preponderância da aristocracia rural e atenta para o seu carácter altamente personalista, no que tange à importação de um regime democrático para dar formação ao Estado Nacional:

Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e abarcado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustaram às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmo privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da burguesia contra os aristocratas. (HOLANDA, 1995 p. 160)

Visto isso, considera-se que a história brasileira congrega uma confusa e complexa hibridização das relações de privilégio, segundo como foram (mais ou menos) intencionadas pelo corpo administrativo arraigado ao latifúndio. Nessa perspectiva, a formação do povo brasileiro, ou também como subtítulo de Ribeiro (1995) o sentido do Brasil, se dá pelo processo que pode ser evidenciado através do contínuo esforço impositivo de uma ordenação social não complacente com o modo de vida da grande maioria. A imensa variedade de cultura na extensão do território, assim, converge na medida em que foram parcialmente silenciadas nas suas respectivas manifestações espontâneas e locais, e por fim, deslocadas da margem decisória de uma política institucionalizada. O grande mal-entendido de Holanda (1995), o que Roberto Swartz (2000)¹⁰ vem a considerar devidamente como “as ideias fora do

10 Sociólogo e crítico literário, cujo contempla com notável propriedade questões de cunho político e social brasileiras em diversos dos seus ensaios críticos. Destaca-se aqui, a leitura ensaística de *As ideias fora do lugar*, publicado originalmente em 1973 e mais tarde incorporado na obra *Ao vencedor as batatas* (2000), na qual discorre a despeito dos escritos machadianos.

lugar”, são aspectos congruentes da tensão que rege o movimento histórico num país fundado na desigualdade. No caso em questão, a importação da ideologia liberalista para o território colonial significou a reconsideração dos aspectos cabíveis ao modo de vida abasileirado, - e como produto dessa transposição – restaurou as condições privilegiativas conforme lhes serviam a roupagem liberal. Algo semelhante se fez no caso de implementação do sistema escolar no país, e dito isso, deixa-se explícito a necessidade de desenvolver a respeito de tal assunto (RIBEIRO, 1995; HOLANDA, 1995; SCHWARZ, 2000).

Convém ressaltar que o recorte aqui estabelecido há de priorizar a modernização e o papel da escola na construção de cidadania no Brasil. Todavia – a fim de compreender como um privilégio educacional se converte em direito instituído no Brasil – deverão ser considerados elementos relevantes de contextos históricos anteriores. Isso posto, ao avançar na discussão a despeito do histórico das escolas no Brasil é válido citar a existência de ligeiros trechos constitucionais, os quais previam o direito à escola pública e gratuita, pelo menos no que se restringe aos anos elementares.¹¹ Mas sobretudo, afirma-se de antemão que tais termos representavam apenas formalidades relegadas no período imperial aos estados provinciais e nada muito além disso.

Em virtude dessa ocorrência, historiadores brasileiros em educação consideram como marco das iniciativas pela democratização do ensino o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1931), redigido por Fernando Azevedo e endereçado ao povo e à nação brasileira, reivindicando escola pública, gratuita e laica para ambos sexos. Sabe-se que, anterior à publicação do documento, foram fundados órgãos governamentais responsabilizados por projetarem os rumos da educação formal brasileira, e além do mais, que o período compreendido na década de 20, em particular, representou um momento de dedicação para com as políticas educativas; muitas das quais, tardiamente, serão reiteradas no manifesto em referência (FLACH, 2009).¹²

Convém para o aprofundamento do assunto, delinear a conjuntura brasileira perante o movimento macroestrutural de ampliação da educação pública no âmbito internacional. Em um dado momento, falou-se que o investimento estatal em educação era pouco devido ao seu

11 Refere-se aqui ao Artigo 179 da Constituição outorgada em 1824: “XXXI – A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos. XXXII - Colégios e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Ciências, Bellas Artes e Artes. (BRASIL, 2003 apud FLACH, 2009, p. 503)

12 Dentre os órgãos criados tem-se o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos em 1890 como também a fundação da Associação Brasileira de Educação em 1924.

carácter improdutivo. Logo, para os países com necessidade de crescimento econômico o financiamento em educação não era atrativo, levando em conta a ausência de retorno lucrativo. No entanto, o plano liberal do século XX reformulará esta relação – pelo menos em nível de discurso – e dessa maneira, porá a educação equiparada à escolarização como elemento inerente à categoria de país desenvolvido, de maneira que:

Esse tipo de discurso produziu uma mística referente à ideia de escola pública cuja difusão estabeleceu uma sólida base social, necessária tanto à mobilização dirigida à expansão da instituição enquanto à sua legitimação. Segunda essa mística, à escola seriam iminentes virtudes tácitas e indiscutíveis que lhe assegurariam a condição de recurso estratégico ímpar para o desenvolvimento da sociedade e para a promoção do homem. Aliás, desde então o discurso educacional de cunho liberal jamais deixou de conter esse tom [...]. (ALVES, 2006, p. 116-117)¹³

A disseminação desse ideário suscitará na justaposição entre as ideias de educação e escolaridade num amplo imaginário social, evidenciando o fenômeno Ivan Illich (1985) considerou enquanto o embaralhamento das ideias dispostas entre conteúdo escolar e a essência educação. A partir disso, a escolaridade aparecerá ressignificada, distanciando-se da velha noção de *status quo*, a fim de designar uma medida passível de suavizar as arritmias sociais, e igualmente capacitada de impulsionar o desenvolvimento social de uma nação (ALVES, 2006).¹⁴

Em retorno ao plano nacional, nas primeiras décadas do século XX, a população brasileira experimentava (de diferentes formas) os anseios da modernidade, e nesse contexto, a escola passou a ser o local preparatório para civilidade democrática. Por isso, apesar de existirem discrepâncias a respeito do surgimento das escolas no Brasil – que para Romanelli está dada desde o início, por exemplo – há consenso no que tange às evidências, cujo apontam para século em questão como o início do alargamento da escola enquanto projeto educativo do Estado brasileiro. Anterior à República, observa-se que o avanço da implementação

13 O autor Gilberto Luiz Alves identifica no político norte-americano Horace Mann, em 1837, a disseminação do ideário liberal da educação como motor desenvolvimentista. Nas ordenações do mesmo: “O discurso de Mann acerca da escola comum incorporou características que lhe conferiram um tom de pregação messiânica. Nesse sentido, revelou-se bastante adequado às condições vigentes nas Américas e em todas as regiões onde não ocorrera a luta contra a nobreza e a igreja feudais.” (ALVES, 2006, p. 116).

14 Assume-se aqui a ideia de que a erradicação da desigualdade social será possível somente após uma mudança radical na estrutura social, na qual o pressuposto mínimo é a superação da propriedade privada e da consequente exploração do trabalho, e por fim, o rompimento com a relações de prioridades proveniente da divisão entre classes. E dito isso, considera-se igualmente que a escola jamais poderá de forma isolada reestruturar toda uma nova sociedade na qual inexistam privilégios; mas em contrapartida, a instituição pode contribuir para tal processo subsidiando pontualidades críticas e incitando ampla participação social na esfera política.

escolar se dava alheio ao poder público comumente referenciado como investimento das “livres iniciativas”. Tal processo teve maior destaque nas regiões agroexportadoras, onde as oligarquias rurais se encontravam concentradas e, por vezes, ligadas à prática da maçonaria, tal como foi observado por Castanho (2006) na difusão da escolarização privada da região de São Paulo. Apesar disso, não somente estavam atreladas às elites locais, como também já coexistiam instituições educacionais de tradição com proveniência imigrante. Nessas escolas particulares, as quais compunham grande parte da rede escolar no período, experimentar-se-ão as primeiras reformas do ensino, principalmente no que toca ao ensino superior. No entanto, na tentativa de reverter essa relação de predominância após a independência, o Estado brasileiro perante a República, responsabilizar-se-á pelo projeto educativo; mas em contrapartida, não romperá por completo com as livres iniciativas, visto que carece de investimentos terceiros a fins de concretude (CASTANHO, 2006).

Dada a necessidade pela democratização do ensino prevista no projeto de modernização, serão estudados e importados modelos de países majoritariamente europeus (também com notável influência norte-americana) a fim de reformar o ensino arcaico brasileiro.¹⁵ Assim, volta-se novamente para o decênio de 1920, marcado pelo planejamento das reformas educacionais no Brasil, recheadas pelo ideário liberal a pouco discutido; muitas das quais dispostas no Manifesto dos Pioneiros publicado em 1931.¹⁶ Considera-se que o documento é tanto um fruto da reflexão dos ideários republicanos iluministas no Brasil da década de 1920, como também representou uma tendência pedagógica em crescimento – e com dado apoio popular – alcançou o seu auge na década de 1960. Terminado o período, entra em decadência com a tendência de ensino preocupado com a introdução das novas tecnologias e meios de comunicação em massa infiltrados no ambiente escolar, o qual no decorrer do texto deverá ser contemplado.

O idealismo pedagógico apontado no movimento pela Escola Nova (1931-1961) pode ser elucidado através do argumento presente na obra *Educação não é privilégio* (1956), de Anísio Teixeira:

15 Destaca-se entre os principais intelectuais representantes do Movimento pela Escola Nova o pensador norte-americano John Dewey.

16 O texto do manifesto, como já posto, foi significativo para a organização dos ideais democráticos da educação brasileira, gratuidade e na igualdade entre os gêneros na escola, com dificuldades para o avanço da laicidade do ensino público. (AZEVEDO, 2006).

Numa sociedade como a nossa, tradicionalmente marcada de profundo espírito de classe e de privilégio, somente a escola pública será verdadeiramente democrática e somente ela poderá ter um programa de formação comum sem os preconceitos contra certas formas de trabalho essenciais à democracia. Na escola pública, como sucede no exército, desaparecerão as diferenças de classe e todos os brasileiros se encontrarão, para uma formação comum, igualitária e unificadora, a despeito das separações que vão, depois, ocorrer. (TEIXEIRA, 1956 p. 114-115 apud BUFFA, 1979, p. 23)

Apesar das problemáticas sociais aparecerem desvinculadas dos problemas vivenciados pela escola pública nesta perspectiva, considera-se que, no geral, a Escola Nova foi fundamental para o avanço da laicização do ensino público, como também do reforço do carácter universal de direito à educação no Brasil. No último aspecto em questão, o grupo dedicou particular atenção à denúncia da existência de uma escola dual contraditória, expressa na relação de disparidade entre o sistema público e privado de ensino (BUFFA, 1979).

Mediante a conjuntura de arritmia no desenvolvimento social, foram acentuadas as relações de discrepância entre escolas públicas modernas e escolas tradicionais, ou por vezes urbanas e rurais, das quais, por vezes, correspondentes às diferenças entre domínio público e privado. Acrescenta-se o fato de que estas últimas embora aparentem compor dois projetos antagônicos, ambos, em suas generalidades, fizeram uso do argumento democrático e civilizatório, em prol do desenvolvimento da nação, e defensoras dos princípios da liberdade apresentando tais aspectos em comum (BUFFA, 1979).

Em decorrência da crise econômica, social e política que tensionava o país para a introdução do capitalismo após a virada de 1930 – cujo desencadeou no processo de ampliação do poder da burguesia industrial em detrimento da perda de influência da velha oligarquia rural – foi instaurado o regime político autoritário, compreendido na ditadura varguista (1937-1945). Durante esse período, a reivindicação e adoção dos interesses populares foram cada vez mais inviabilizados mediante o aparato legislativo conservador, e dessa forma, a questão educacional popular foi relegada a segundo plano, bem como outros direitos fundamentais.^{17 18} Tal abandono pode ser percebido através da promulgação da

17 Remete-se aqui à Lei de Segurança Nacional de 1935, cujo estabelecia regime de estado de sítio indeterminado.

18 No que diz respeito a intervenção autoritária do Estado Novo na esfera educativa no Sul do país, considera-se: “No período, a presença do Estado na educação efetivou-se por meio da extrema centralização administrativa e decisória e pelo cerceamento a qualquer tipo de inovação ou manifestação de pluralismo, incluindo-se o esforço de nacionalização da educação com o fechamento das escolas de colônias imigrantes no sul do país” (XAVIER, 2003 ,p. 242)

Constituição de 1937, o qual desresponsabiliza em partes e de modo bastante ambíguo, a função do Estado perante a condição escolar, assim como aparece subscrito no artigo 125 do texto: “A educação integral da prole é o primeiro dever e direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.” (BRASIL, 2003 apud FLACH 2009).

Terminado o Estado Novo (1937-1945) e no decorrer do período caracterizado pela redemocratização foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, evidenciando a primeira tentativa de regularização e de parcial descentralização do ensino escolar no país, e cujo principal objetivo pautava a redistribuição das responsabilidades pelo conjunto da federação; a discussão que culminou na lei também denominada Darcy Ribeiro tem sua origem na década de 1950 e marcou profundamente a divisão ideológica presente entre a educação pública e de livre iniciativa e a retomada de certos argumentos postos em 1930.¹⁹ Em suma, o documento outorgado buscou consenso entre ambas tendências contraditórias, fator que representou uma vitória dos interesses particularistas, visto que estes já se encontravam em vantagem histórica. O documento foi seguido também pela elaboração do conjunto de metas contidas no Plano Nacional de Educação em 1962. A respeito de ambas jurisdições, Simone de Fátima Flach (2009) argumenta que pouco agiram no sentido de mudança na realidade social, e de maneira que representam apenas preocupações formais não muito bem fiscalizadas em seu cumprimento (FLACH, 2009).

O estilo de vida industrial capitalista impulsionará cada vez mais a reivindicação por escolas, e por via de regra, esse modelo se concretiza também no caso brasileiro, com inúmeras especificidades para cada região. Desse modo, junto da industrialização e da conseqüente urbanização, serão acrescidos os índices demográficos, e cujo resultado mantém relação intrínseca com aumento da pressão popular pela ampliação das ofertas escolares. Mas, apesar da ampla mobilização popular novamente enfatizar o direito à educação, a historiadora Romanelli ressalta que na década estendida dentre 60 à 70 do século XX, a proporção obtida pela relação entre demanda crescente e a oferta de vagas públicas disponíveis eram

19 A respeito das tramitações entre interesses públicos e privados que culminaram na Lei de Diretrizes e Bases de 1961, ler: Caracterização do conflito escola particular – escola pública, através da bibliografia publicada no período. In: BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito**: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. P. 19-79.

gritantemente insuficientes, ainda mais acentuadas pelo aspecto inadequação do rendimento escolar. Flach também atenta para o caso de que as metas do PNE elaboradas em 1962 ainda estavam bastante distantes de sua concretude em pleno século XXI (FLACH, 2009; ROMANELLI, 1986).

Como meio de superação das defasagens foram estabelecidas, em diversos momentos, relações público-privadas bastante complexificadas em cada caso singular. No que diz respeito à educação privada brasileira – por alegar suprir a carência do setor público o qual não apresentava condições suficientes para estender a oferta por educação – realizou-se, por consideráveis séculos, a prática da isenção fiscal. Na concepção dos dirigentes do Estado, a imunidade tributária significa o incentivo para tais empresas alcançarem as regiões mais periféricas, instituindo, principalmente, o ensino superior próximo as zonas rurais. Para além da ampliação de vagas, o Estado igualmente visava com a ausência tributária, dentre outras medidas como o salário-educação²⁰ ou ainda mais atuais como é o PROUNI, subsidiar o curso superior público pela aquisição de vagas em universidades privadas e complementar parte do contingente com formação em magistério para a suas escolas gratuitas (NETO, 2006).

Faz-se necessário ressaltar que, com as posteriores transformações do sistema capitalista em fase de globalização no início da década de 1980, os interesses privados e internacionais em educação serão ampliados e endossados pelos governos desenvolvimentistas, principalmente em meio ao governo militar (1964-1985) e nos anos 1990 com a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Convém elucidar também que na Constituição de 1988, foi diferenciado, pela primeira vez, o ensino particular com fins lucrativos e os não-lucrativos, os quais, se distinguem pela autogestão e subsídio privado, respectivamente, e investimento público, matrícula gratuita, mas com administração de grupo privado. O que pode servir para evidenciar o crescimento e a regulamentação de um setor lucrativo de cunho educacional em disputa pelo número de matrículas com a esfera pública (XAVIER, 2003; CURRY, 1992; GOMIDE, 2012).

Tendo em vista as problemáticas discutidas a respeito da recente implementação da formação escolar no Brasil, pretende-se no capítulo seguinte, compreender as relações da

20 Instituído pela lei 4440 de 1964, o salário-educação tinha como objetivo primeiro consentir que as empresas privadas subsidiassem os custos educativos dos assalariados e respectiva prole. No entanto, a prática legislativa acabava por isentar da taxa empresas que mantivessem convênios de sistema bolsa de estudos em escolas particulares. (CUNHA, 1985 apud NETO, 2006)

esfera privada no projeto educacional brasileiro, considerando a existência de hostil competitividade entre os meios privados e público de ensino.

CAPÍTULO 2. EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA

2.1 O mito da qualidade da escola privada

De acordo com as discussões anteriores, observou-se o processo pelo qual a educação formal ou também a escolaridade se distanciou de uma prática majoritária de elite, voltada tão somente para a reafirmação de privilégios da mesma, buscando compreender de que forma foi instituída enquanto direito universal frente aos avanços democráticos. No entanto, viu-se também que apesar das conquistas legislativas, a maioria das problemáticas que regem o direito à educação estão situadas no âmbito prático de implementação do projeto. No escopo dessa perspectiva, acentua-se o caso brasileiro, no qual o desenvolvimento das riquezas nacionais esteve amplamente atrelado ao domínio internacional colonialista. De maneira que, para dar amplitude ao projeto de ampliação escolar, cada vez mais reivindicando entre as camadas médias e populares, foi necessário o firmamento de inúmeras parcerias público-privadas. O presente capítulo pretende trabalhá-las a partir de suas contradições com o intuito de abordar brevemente a penetração do interesse do capital nacional e internacional no projeto educativo brasileiro, com dada ênfase em suas respectivas evidências do tratamento da educação formal enquanto um lucrativo empreendimento.

Foi considerado ao longo da pesquisa que o fenômeno da globalização das relações econômicas e sociais tomou a pauta educativa como inerente ao desenvolvimento social, influenciando na elaboração dos diversos sistemas nacionais de ensino. Sob influência do mesmo fenômeno foram instituídas reformas educacionais bastante similares em vários países – assim como na efetivação da obrigatoriedade escolar – e, nesse contexto, surge maior espaço para a defesa dos interesses particularistas, os quais pretendem (re)significar a educação para fins comerciais. Isso posto, a compreensão do processo de transformação da educação em um setor de mercado especializado e internacional poderá ser percebida sobre um ângulo macro, meso ou micro de análise, e deverá centrar-se em determinado recorte problemático. Visto que pode ser estudado tanto através das políticas institucionais, do mercado internacional ou das relações microanalíticas de trabalho, bem como do campo imagético, da função educativa de produção e reprodução social, dentre outras. Sendo assim,

o propósito disposto no presente capítulo concerne a breves sistematizações sobre o quê as perspectivas complementares têm desvelado acerca da venda educacional, dificultando o desenvolvimento da totalidade das problemáticas suscitadas. Por fim, será apreendido da leitura bibliográfica aquilo que toca o relevante para esta pesquisa.

Ao tratar da controversa relação entre ensino público e ensino privado, as demais pesquisas (para além da relação mercadológica) têm explorado os campos da estrutura familiar e dos perfis socioeconômicos; das políticas institucionais inclusivas e exclusivas de acesso ao ensino superior; da análise histórica do exame vestibular associada ao do culto do valor meritocrático; das relações com o setor produtivo e o estudo do movimento pelo acesso à universidade. Conseqüentemente, as inúmeras teses e dissertações, pensadas sob perspectivas de diversas áreas na produção de conhecimento, auxiliam no entendimento do presente fenômeno, da mesma forma que contribuem para dar visibilidade à emergência do problema das oportunidades educativas (SATO, 2011).

No que tange a discussão mercadológica da educação, observa-se que a educação assumida no formato de escolaridade movimenta um mercado bastante amplo, pois, notou-se que o aumento de matrículas escolares - tanto na escola pública como privada – impulsiona o giro de capitais ligados ao consumo dos materiais escolares, geralmente promovidos pelo clichê do “volta aos aulas” (que abrange uma imensa gama de produtos que vão do lápis à produção da mochila), assim como diz respeito à ampliação do número de vendas em livrarias e papelarias no geral.²¹Dito isso, o avanço empreendedor em educação se dá para diferentes mercados e públicos, abarcando mercadorias desde o simples material de trabalho escolar até o currículo, e por vezes, congregam tudo em um pacote de estrutura de ensino (ARRUDA; KINJO; OLIVEIRA, 2006).

Este último mercado em particular responsável pelos pacotes das estruturas de ensino em marcas, imerso na categoria de empresas escolares com fins lucrativos, vem a ocorrer por meio das vendas de franquias, marcas ou pacotes escolares, que agregam no conjunto: o processo de formação para o corpo de professores, venda e editoria de materiais didáticos, assim como inserção da tecnologia no trabalho escolar. Não restrito ao âmbito privado, o

21 Para maior entendimento acerca do mercado de materiais escolares recomenda-se a leitura do artigo: ARRUDA; KINJO; OLIVEIRA. Mercado e escola: a expansão escolar amplia o consumo de material didático. In: Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2006, Curitiba/PR. Anais do VI EDUCERE. Curitiba/PR: PUCPR, 2006.

conjunto dessas mercadorias – produzidas pela categoria em referência – comumente permuta no cotidiano da esfera pública, como é o caso dos materiais didáticos em disposição nas redes municipais de proveniência das empresas “especializadas”.²² Estendendo-se do ensino infantil ao superior, a generalização da educação nesse nicho de mercado desvela efeitos controversos e desmedidos – tais como o mito da qualidade da escola privada – fato que implica para o presente trabalho, a necessidade de delimitar na educação básica o problema central da análise, o qual está centrado nos aspectos de autoreprodução da lógica empresarial dentro do espaço escolar (ARRUDA; KINJO; BARBOZA, 2008).

Quando se tratou do desenvolvimento da educação pública no Brasil, ressaltando a falta de riquezas disponibilizadas para a consolidação do mesmo projeto, igualmente foi considerado que a precarização da escola pública a fins de expansão foi um movimento de caráter amplo internacional. Não obstante, para os países em que a livre iniciativa atuou como pioneira no sistema educativo emerge, e com maior ênfase, a reafirmação do mito de ensino qualitativo da escola privada, segundo o qual se atenderia com menores custos (em detrimento comparativo com o preço médio por aluno no setor público) e muitas vezes, revelando o interesse em estreitar a aliança cooperativa entre ambas as esferas (BUFFA, 1979).

Através do discurso do atual diretor da Federação Nacional das Escolas Privadas (FENEP), Antônio Eugênio Cunha, pode-se evidenciar alguns dos fatores considerados na presente exposição, os quais contribuem para dar sustentabilidade ao mito de qualidade das escolas privada no Brasil, necessariamente postos em graus comparativos com o setor público:

As escolas particulares desenvolvem e detêm tecnologia educacional e competência pedagógica, cujos resultados o poder público já mediu e pode atestar. Além disso, investimentos significativos já realizados pelo ensino privado, geraram vagas a custo compatível com os padrões internacionais que poderiam ser mais aproveitadas pelo conjunto da população brasileira. [...]. O ensino privado detém condições de partilhar uma ampla e longeva experiência iniciada ainda quando o poder público tinha limitada ação no sistema de educação nacional. O sistema educacional nacional atenderá melhor às necessidades sociais do país quando eliminar as

22 São exemplos reconhecidos os materiais da empresa Positivo há muito nas escolas públicas. Para citar outros exemplos se tem os materiais escolares desenvolvidos pelo Sistema de Ensino Opet, que sob propriedade da editora Opet tem o alcance de cerca de 70 mil alunos no Brasil e no Japão: “[...] está em redes públicas de ensino e escolas privadas de todo o país, com resultados excepcionais em avaliações como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), a Prova Brasil e a Provinha Brasil, que permitem ao país acompanhar e estimular o desenvolvimento da educação.” (OPET, 2015). Endereço eletrônico: <<http://www.editoraopet.com.br/solucoes-educacionais/sistema-de-ensino/>>. Acesso: 26.10.2015.

distâncias educacionais entre o público e o privado, lançando-se, ambos os setores, em projetos comuns, em que o papel do Estado é, antes de tudo, eliminar barreiras e criar incentivos, e não suprimir direitos, eliminando a ideia de que a presença da iniciativa privada na educação é apenas tolerada. (CUNHA, s/d, p. 7)²³

No primeiro momento, observa-se a reafirmação da qualidade das mercadorias educacionais privadas, as quais detêm tecnologia – o que pode ser lido como uma qualidade inerente e exclusiva das instituições particulares – muito bem avaliadas pelo setor público, como mostram os índices nas avaliações do Exame Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outros. Adiante, no argumento de Antônio Eugênio Cunha (s/d) – cujo cargo de presidência na FENEP se estenderá até 2017 – são sobrepostos os custos por aluno da escola privada com relação a pública, desconsiderando o fato de que na segunda há maior incidência de carências sociais.²⁴ Dessa forma, é relegado enquanto aspecto fundamental na ampliação dos custos, o fato de que na escola pública há constante tentativa de minimizar problemas sociais do tipo desnutrição e dificuldade de acesso, por exemplo, por meio da implementação de programas como o Saúde na Escola, Programa de Merenda Escolar, Programa de Transporte Escolar, dispensáveis para o público frequentante do âmbito privado. Sobretudo, intrínseco ao esquecimento particularista, sobressai a intencionalidade do uso das verbas públicas justificado pelo interesse comum de expansão da escolaridade; nessa lógica, o Estado brasileiro investe menores números em verbas, e em contrapartida, consegue ampliar em maiores números as vagas escolares. Evidente que, na fala que segue, o presidente demonstra suas expectativas quando à melhoria da qualidade de ensino nacional, que não por acaso, também se faz na perspectiva conveniente ao mercado cujo representa. Assim, a escola particular de livre iniciativa, que antecede o Estado no trato com a educação, deverá ser considerada como um complemento ao sistema educacional brasileiro e não um projeto conflitante com a esfera pública, visto que também lida com demandas sociais. É notável a repetição de certos argumentos no que tange às provas da melhor qualidade da escola privada, a qual está fundamentada na tríade tecnologia na estrutura pedagógica e na qualidade irrefutável dos materiais didáticos; no

23 CUNHA, Antônio Eugênio. A história da educação privada brasileira e o princípio democrático da livre iniciativa. (s/d) Disponível em: <http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/A_HISTORIA_DA_EDUCAO_PRIVADA_BRASILEIRA_E_O PRINCIPIO DEMOCRATICO DA LIVRE INICIATIVA.pdf>. Acesso: 01.09.2015.

24 Informações obtidas através do site da Federação Nacional das Escolas Privadas. Disponível em: <<http://www.fenep.org.br/>>. Acesso: 15.10.2015.

corpo de especialistas de todos os tipos e na atestabilidade dos exames públicos.

Conciliando os interesses públicos e privados, fazendo, então, que o Estado coopere através de mais incentivos e com menores restrições, o conjunto da população brasileira será beneficiado. Entretanto, no que concerne no tal benefício ao conjunto da população brasileira e no que imbrica a competitividade sob ótica mercadológica para com o ensino público superior, não vêm ao caso para a diretoria da FENEP conferir. Isso posto, faz-se conveniente para o melhor aproveitamento deste estudo delinear o desenvolvimento recente do mercado educacional privado, a fim de correlacionar seus desdobramentos com os argumentos que estruturam o mito da qualidade do ensino privada (ARRUDA; KINJO; OLIVEIRA, 2006; ARRUDA; KINJO; BARBOZA, 2008; CUNHA, s/d).

2.2 Educação em oferta na bolsa de valores

Se por um lado, o conflito ideológico entre a educação pública e a privada engendra numa discussão histórica no Brasil, a qual remonta pelo menos desde o século 20, tornou-se um fenômeno bastante particular do tempo presente a existência da educação como investimento rentável na bolsa de valores. Numa pesquisa realizada no ano de 2005, estimava-se que o giro de capital em torno da educação privada no mundo, anualmente, movimentava cerca de US\$ 2,2 trilhões. No entanto, nos anos seguintes, devido o grande crescimento desse nicho de mercado, múltiplos acordos comerciais passaram a estabelecer formação de grandes monopólios empresariais, e ainda, há quem considere que a educação possa ter-se tornado um *commodity*. Conforme explicitado no discurso do secretário da ODMT (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento) ainda no ano de 2006: “A educação é hoje uma mercadoria negociável. Tornou-se exportável, portátil e negociável” (GURRIA, 2006 apud OLIVEIRA 2009, p. 2; SAVAGE, 2005 apud OLIVEIRA, 2009).²⁵

Alcançando um nível de internacionalização jamais vivenciado até o século XXI, a inserção das empresas privadas educacionais nas bolsas de valores impossibilita a regulamentação estatal, principalmente acerca da aquisição dos sistemas de ensino em território brasileiros por empresas internacionais, visto as instituições permutam como ofertas

25 Disponível em: <http://findarticles.com/p/articles/mi_kmaf/is_200606/ai_n16553287/>. Acesso em: 12.10.2015. (OLIVEIRA, 2009)

pelo mercado mundial. Da forma como concluiu Romualdo Oliveira (2009) sobre a comercialização da educação ao mapear grandes acordos internacionais dentre os anos de 2007 e 2008, com destaque para o ensino superior:

[...] mais do que sua transformação em mercadoria, o que estamos observando [...] é um processo intenso de concentração. Assim, é possível falarmos, também, em processo de oligopolização. Ou seja, o número de fornecedores tende a se concentrar ainda mais nos próximos anos e uma fatia significativa do mercado tende a ficar com os maiores grupos. (OLIVEIRA, 2009, p. 754)

Característico também da lógica de oligopolização presente no trecho, é a ramificação entre as várias escolas contratantes do serviço, o que dificulta o mapeamento e obtenção de informações sólidas a respeito dos grupos proprietários das marcas de ensino. Em virtude disso, são bastante complexificadas as relações entre a empresa fornecedora da marca e a escola contratante, pois além da ausência de transparência pela direção da empresa fornecedora, torna-se bastante disperso o contingente discente mantidos sob esses sistemas escolares; bem como a distinção entre as variadas marcas de ensino que, por vezes, congregam num só grupo empresarial. De modo geral, as informações não são fornecidas à União ou mesmo aos órgãos estatais responsáveis pela fiscalização dos sistemas de ensino por apelo de sigilo empresarial. Os mesmos problemas também se colocam como empecilhos para o desenvolvimento da presente pesquisa, assim como foram apontados pelos demais pesquisadores no levantamento bibliográfico (OLIVEIRA, 2009; PIERONI, 1995).

Ainda a respeito da internacionalização do mercado educacional privado, nota-se a tendência da compra das grandes empresas nacionais pelo capital internacional, as quais, optam pela manutenção das características da marca, não demonstrando transitoriedade na direção da empresa. Apesar disso, grandes transações não passam despercebidas pela clientela escolar e nem mesmo são deixadas a par dos holofotes midiáticos. Todavia, as interferências cotidianas no que tange ao funcionamento do sistema escolar, na maior parte, não o são perceptíveis de imediato, tendo em vista que em determinados casos, o acordo da venda pode assegurar um prazo limite para a continuidade do uso da marca sem quaisquer alterações. Dessa forma, a transitoriedade faz-se de modo sutil para os clientes manterem-se seguros acerca do serviço escolar.

Um exemplo relativamente recente no tratamento mercadológico da educação, apresenta manifestações semelhantes às oligopolizadas recém-explicitadas, esteve contemplado pela

capa da revista *Dinheiro* – semanal de negócios da Isto é – no final do ano de 2009.²⁶ Ao introduzir o assunto com a chamada “De porteiro de escola à bilionário do ensino”, a matéria principal aborda o histórico do empreendedor na área de educação, reconhecido pela compra e posterior expansão da marca de ensino COC, Chaim Zaher. A matéria trata de enfatizar a atual façanha do empresário após o bem-sucedido negócio na IPO (oferta pública inicial) que diz respeito, em resumo, ao primeiro lançamento da empresa para a abertura do capital acumulado aos investidores externos. Como resultado esperado, obtém-se a entrada de capital na compra de ações da empresa, a fim de que a movimentação possibilite o reinvestimento de capital para expansão do negócio. Dessa forma, o grupo presidido por Zaher, o qual atende por Sociedade Educacional Brasileira S.A (SEB) tornou-se uma empresa em oferta no mercado “público” e internacionalizado. A SEB em referência é considerada um atual monopólio do mercado brasileiro de educação privada, no qual, de acordo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), concorrem em torno de 6.9 mil instituições por clientela (ATTUCH, 2009).

Convém enfatizar que as marcas institucionais as quais compõe o grupo SEB são das mais variadas pelo campo educacional privado no Brasil, critério característico do fenômeno de oligopolização, em resumo, apresentado. Por exemplo, o reconhecido sistema de ensino Curso Oswaldo Cruz COC, o sistema Pueri Domos, a Escola do Amanhã em transição para o modelo *Global Program* SEB (colégio bilíngue), Colégio GEO, colégio Centro de ensino Candanguinho (do infantil ao ensino médio), Colégio Unimaster (ensino médio e pré vestibular), sistema Dom Bosco com sete unidades no Paraná (infantil à nível superior, contanto também com modalidade semipresencial), Instituto Praetorium (preparatório para OAB), a empresa Sociedade Brasileira de Programação Educacional (Sobrape), Escola Paulista de Direito (pós-graduação presencial e à distância); e saindo um pouco do eixo educacional, a empresa Kick Net, e também a Unyca, o que vêm a calhar para a produção do material visual (vídeos em geral, tecnologia didática, sites e programas); todos os citados, foram contemplados pela direção administrativa da Sociedade Educacional Brasileira S.A. (OLIVEIRA, 2009).

26 ATTUCH, Leonardo. A fórmula secreta do bilionário na educação. **Revista Istoé Dinheiro**, n 614. São Paulo: Editora Três, 8 setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/614/artigo143889-1.htm>>. Acesso: 10.10.2015.

O projeto empreendedor é bastante pretensioso. Não apenas dispende dos lucros gerados pelo conjunto de empresas congruentes a SEB, semelhantemente, o grupo dispõe do lucro advindo das parcerias público-privadas, que além do material didático, também disponibilizam a extensão do Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino (NAME). O contrato do serviço NAME compacta o pacote de formação de professores junto do material sistema COC (incluindo adaptação para EJA) para ser aplicado no currículo das escolas municipais. Em média, foram divulgadas cerca de 140 parcerias com as Secretarias de Educação Municipais pelo Brasil, as quais visam com a compra aumentar seus números no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Da forma como consta no relatório trimestral de 2010, tornado público pela empresa CM Consultoria, responsável pelo conjunto SEB:

Em sua grande maioria são escolas pequenas, administradas familiarmente, e que carecem de recursos financeiros e humanos para desenvolver isoladamente soluções pedagógicas e tecnológicas integradas e abrangentes. No setor público, muitos dos mais de 5 mil municípios brasileiros carecem de material consistente, treinamento e avaliações periódicas. (SEB, 2010, p. 4)²⁷

Chamo a atenção para o fato de que o material consistente e tecnológico – fornecidos pela Editora COC junto do editorial Pueri Domos – são complementares ao treinamento diário do estudante como também das avaliações periódicas. Entende-se então, que os três elementos combinados são os formadores do método responsável pelos bons desempenhos em avaliações públicas. Esses últimos – refiro-me especificamente aos resultados das avaliações – parecem estipular e atestar as qualidades reais e, por isso, inquestionáveis, do ensino escolar privado, não importando a elaboração de argumentos para além dos índices e notas, segundo como em geral tem sido argumento histórico particularista.²⁸ Nesse sentido, é reforçado sob a mesma configuração comparativa entre escola pública e escola privada, o fato de que a adoção dos padrões metodológicos da segunda a preço de verbas públicas, engendra – como

27 CM CONSULTORIA. Seb divulga crescimento de 33% da Receita Líquida e 34% do EBITDA Ajustado em 2009. São Paulo, 15 de março de 2010. Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/arquivos/SEBRelatorio4T09.pdf>>. Acesso: 27.10.2015.

28 De acordo como consta no relatório da Cm consultoria, o SEB criou a Editora PD, a fim de participar do Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação, com foco na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de Ensino Médio. O primeiro segmento fechou acordo de R\$ 19 milhões com MEC em 2009 e para o ensino médio no valor R\$ 177 milhões no volume de compras do material para Ensino Médio, 2010. Acesso: 27.10.2015.

resultado inevitável – a melhora do desempenho dos rendimentos escolares (obviamente no formato de índices). Dessa maneira, tornando-se irrelevante o contexto em torno da escola como fundamental na sua configuração e intentando para a padronização do ensino a partir dos procedimentos citados.

Retornado a entrevista cedida para a *Dinheiro*, o empresário bem-sucedido revela “a fórmula secreta do bilionário da educação” que é lançar, sem medidas, o seu produto tanto para a esfera pública como privada, além de apostar alto nas campanhas publicitárias. A respeito da concepção própria do empresário sobre qualidade de ensino, notou-se que parece não diferir muito das opiniões historicamente expressas pelos representantes das escolas privadas. Além disso, acerca função social que desempenha e a capacidade de “elevar” a qualidade de ensino, responde:

Educação é um negócio com fins lucrativos, que tem que dar lucro, mas que também atende a uma função social. Por isso, é fundamental que tenha qualidade. Somos parceiros de várias escolas públicas, que conseguiram melhorar rapidamente seus indicadores depois que adotaram nosso método de ensino. [...] Um método eficiente, implantado por professores treinados, acelera bruscamente o aprendizado. E pode dar às pessoas mais humildes as mesmas oportunidades dos filhos da elite. (ATTUCH, 2009, p. 3)

Contabilizando o número de alunos sob o efeito sonoro de caixa registradora, Zaher também revela na entrevista em referência que ambiciona elevar seu contingente de alunos para até 1 milhão (preferencialmente recrutando-os na esfera pública). Ainda acredita com isso, na possibilidade de tornar recorrente o acesso dos humildes à educação de qualidade das elites.²⁹ A respeito desse último, complementa: “E eu não acredito em educação filantrópica. Isso para mim é hipocrisia. Se é filantrópico, não pode cobrar.” (ZAHER, apud ATTUCH 2009).

Nitidamente conjecturando a educação como mais um nicho de mercado e isento da pretensão de agir com benevolência filantrópica, o empresário revela como multiplicou o seu investimento, quando transformou o capital da SEB em oferta internacionalizada. Por uma

29 Segundo consta no relatório de 2010, somente no mercado de educação básica privada a empresa somou 52,6 milhões de alunos dentre as unidades próprias junto das franqueadas. A maioria destes alunos é atendida pelas escolas públicas em suas diversas esferas, 45,3 milhões, e o mercado privado atende 7,3 milhões de alunos. O segmento privado apresentou crescimento de 2,9% sobre 2008, enquanto o público encolheu 1,9%. O ensino municipalizado corresponde a 24,3 milhões de alunos e apresentou ligeira contração de 0,9% em relação a 2008 (CMCONSULTORIA, 2010).

média de R\$600,000 milhões de reais – visto que o valor é variável entre as notícias que cobriram o caso – o método COC, Don Bosco e o conjunto Pueri Domus, os quais representam uma parcela considerável da SEB, passaram a ser propriedade do grupo empresarial Paerson. Esta empresa multinacional britânica é reconhecida por possuir um dos maiores controles editoriais espalhado pelo mundo, bem como uma posse incomensurável de sistemas de ensino privado, colecionando investimentos no Brasil, na África do Sul, nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, China, Índia com alcance em 70 países.^{30 31} Apesar de apresentar um longo histórico de atuação no mercado que consta desde 1844, o investimento no setor de ensino é relativamente recente para o conglomerado da Pearson. Inicialmente o grupo investira no setor de engenharia, mas, tendo em vista a demanda crescente, passou a gerir seus negócios em função do setor educacional privado, sendo que hoje representa uma das maiores empresas no campo (KOIKE, 2013; OSWALD, 2015).

Movimentando-se conforme uma tendência mundial e globalizada, a democratização da educação no Brasil é cerceada por investimentos terceiros nacionais e internacionais, com alcance estendido do ensino infantil ao acadêmico, não se restringindo apenas à esfera privada. O contrato de 2009, no qual a Pearson adquiriu os sistemas COC, Dom Bosco e Pueri Domus, também interfere na educação pública, em virtude de que, ao comprar a marca COC, a megaempresa britânica passou automaticamente a dispor do Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino o NAME. De comum acordo entre ambos negociantes, os estrangeiros, então, passam a usufruir dos contratos público-privados fechados pela SEB, o que inclui o direto de fornecimento dos materiais escolares, assim como do treinamento de professores, daquelas escolas públicas municipais que apostaram na compra do pacote de ensino COC. Assim sendo, inúmeras escolas dentre os cem municípios brasileiros convencionados ao NAME, acondicionarão seu ensino sobre materiais didáticos produzidos segundo uma concepção mercadológica internacional de ensino, que possivelmente, poderão passar por despercebidas no trato do público-alvo que material atinge. Optando pela

30 OSWALD, Vivian. Grupo Pearson aposta em educação no Brasil e em outros países emergentes. **Jornal O Globo**. São Paulo: Editora O Globo, 23 Julho de 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/negocios/grupo-pearson-aposta-em-educacao-no-brasil-em-outros-paises-emergentes-17275440#ixzz3q5ZkyvDk>>. Acesso em: 30.10.2015.

31 KOIKE, Beth. Brasil entre os mercados prioritários da Paerson. **Revista Observatória da Imprensa**. Edição 756. São Paulo/Campinas: Observatório da Imprensa, 23 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/ed756-brasil-entre-os-mercados-prioritarios-do-grupo-pearson/>>. Acesso em: 30.10.2015.

manutenção estética das marcas apropriadas, a Pearson proporcionará o material ensino de uma média de 540 mil alunos brasileiros, dentre uma ampla variedade de gerações cujo podem ou não reconhecer a sua presença cotidiana.

Ao que parece, o cotidiano dos alunos estará sob o mesmo planejamento; exceto naquilo que toca os materiais, que ganharão a cara da nova empresa, quem aposta no investimento tecnológico em sala de aula e na formação com valorização de currículo bilíngue.³² Certamente uma oferta com demasiada demanda no quadro atual do desenvolvimento humano. O que tudo indica, é que a Paerson deverá explorar mais a fundo nos próximos o mercado de educação brasileira – e porque não o setor público – implementando o ensino bilíngue, já que um dos investimentos últimos da empresa foi a aquisição das marcas Wizard, Yázigi e Skill distribuídas numerosamente pelo Brasil, vendidas pelo Grupo Multi – ex proprietários das escolas de idiomas.³³ (SILVA, 2010; OSWALD, 2015)

Por esse exemplo prático, dentre tantos outros recorrentes não só no Brasil, pôde-se observar a apropriação do capital internacional associado ao nacional nos sistemas nacionais de ensino. O contrato entre o monopólio nacional da SEB com o conglomerado Pearson aqui abordado, representa tão somente um caso dentre os inúmeros outros acordos, que vêm encarando a educação enquanto mercadoria de troca pelo mundo, impactando na desorientação de uma compreensão mais profunda, que se refira à educação como uma imprescindível relação social humana de interesse comum.

Outros exemplos do fenômeno de oligopolização da educação são característicos da empresa Educate. Inc, originária dos Estados Unidos, mas que também possui investimentos em torno de 1.000 instituições na Alemanha, a qual se realizou pela compra da empresa Schülerhilfe, bem como atua por instrumentos semelhantes na Áustria, Hong Kong e Canadá. Um caso brasileiro é da empresa nacional Kroton Educational, que atualmente também lidera o mercado de ensino privado, contabilizando em média 810 escolas privadas, depois de unir seu capital com outro grande grupo nacional, a Anhanguera Educacional.³⁴ Pouco tempo antes

32 SILVA, Edson. “Método” COC é vendido para ingleses. **Revista digital Folha Uol**. São Paulo/Ribeirão Preto: Folha de São Paulo, 23 de julho 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2307201001.htm>>. Acesso: 30.10.2015.

33 OSWALD, Vivian. Grupo Pearson aposta em educação no Brasil e em outros países emergentes. **Jornal O Globo**. São Paulo: Editora O Globo, 23 Julho de 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/negocios/grupo-pearson-aposta-em-educacao-no-brasil-em-outros-paises-emergentes-17275440#ixzz3q5ZkyvDk>>. Acesso em: 30.10.2015.

34 ROUSSELET, Felipe; FARIA, Glauco. Educação sob domínio do capital. Estrangeiro. ed. 124. **Revista**

do firmamento da união, parte do capital correspondente à 28% da Kroton foi vendido para Advent International dos Estados Unidos, da mesma forma como sinalizou a venda da gestão de produção de material didático para a empresa japonesa de tecnologia Buffalo.inc (do grupo Melco Holdings Inc.) em 2012. No que interfere na cidade de Florianópolis, por exemplo, estão sendo geridas sob determinação dos acordos em recém mencionados as instituições de ensino básico Pitágoras e a rede de ensino superior Estácio de Sá (COSTA, 2007; OLIVEIRA, 2009; ROUSSELET; FARIA, 2013).

Distanciando cada vez mais a composição curricular pedagógica da complementaridade do cotidiano escolar, a educação segundo esses moldes tende a desconsiderar quase que integralmente o interesse do aluno por uma aprendizagem engajada e espontânea, a fim de valorizar um treinamento internacionalmente padronizado e bem-sucedidos segundo como consta em exames.³⁵ As singularidades no processo de ensino aprendizagem ficam propensas nos limites subscritos no material didático, alcançado seu esgotamento nos anos preparatórios dos exames de ingresso no ensino superior, quando a demasiada rotina é transformada em treinamento. Vale considerar, então, que em contrapartida do projeto empresarial financeiro, tem-se as experiências dos grupos participantes e ativos nessas escolas-empresas, para os quais as informações de cunho publicitários chegam mais facilmente se comparadas com as do setor financeiro; e principalmente, são o lugar onde se situam os reflexos ideológicos que afetarem o público-alvo, cliente do empresariado escolar.

No tópico seguinte, pretende-se, então, a partir da análise reduzida ao problema de verticalidade para ingresso no curso de ensino superior público, situar a competitividade entre escolas públicas e privadas em Santa Catarina.

2.3 O mercado das escolas-empresas em Santa Catarina

Em sincronia com um movimento nacional, os cursos pré-vestibulares privados em Santa Catarina atuam no mercado como instrumentos que viabilizam o ingresso em cursos de

Digital Fórum. São Paulo/Bela Vista: Portal Fórum, 23 de agosto de 2013. Disponível em:

<<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/08/sob-o-dominio-do-capital-estrangeiro/>>. Acesso: 04.11.2015.

35 Entende-se aqui o engajamento do estudante no conteúdo escolar, quando este é dialogável com a realidade dos alunos e que desse modo os provocam a pensar criticamente seu contexto e a procurar por soluções dinâmicas.

elevada concorrência, que de mais relevante, o são por preços inacessíveis.³⁶ Sobre a abordagem crítica do exame de ingresso ao ensino superior, um segmento considerável de estudos vêm atentando para o problema da seleção social no acesso às universidades, ao denunciar a situação não democrática das oportunidades de ensino, como muitos querem fazer crer.³⁷ Em virtude disso, cabê ressaltar que: “Na verdade, a universidade reproduz as contradições e ambiguidades próprias ao conjunto dos sistemas educacionais, tal como vêm mostrando os estudos sociológicos desenvolvidos desde meados do século passado.” Quanto a este problema, tentei elucidar alguns aspectos na pesquisa bibliográfica apresentada no primeiro capítulo (VALLE; BARRICHELLO; TOMASI, 2010, p. 393).

Dado como real o problema suscitado, considera-se importante a coexistência de formas alternativas de cursos preparatórios como é, por exemplo, o conjunto de pré-vestibulares de cunho gratuito, comunitário e populares, tais como pré-vestibulares Populares, para Negros e Carentes ou de Resistência Popular, respectivamente PVPs, PVNCs e PVRPs, crescentes tanto em número de iniciativas como em aprovações; no entanto, ainda atenta-se para o fato de que inexistem indícios de desestabilidade significativa no mercado de pré-vestibulares para os cursos mais cotados do nosso presente.³⁸ A princípio, deixar-se-á em aberto as motivações relacionadas a pré-seleção, que dizem respeito ao grande contingente de jovens que procuraram tais cursos tradicionais e de prestígio. Por ora, importa somente relacionar que os cursos a serem aqui mencionados relegam profissões de *status social*, e, igualmente, reservam boa remuneração (CARNIELLI, 2005; RIBEIRO; KLEIN, 1982; FONSECA, 2013).

Com engajamento semelhante aos elencados, a pesquisadora em educação Beatrice Carnielli (2005) estudou os dados referentes aos ingressantes nos curso de Medicina, Direito e Engenharia Civil na Universidade de Brasília, relativo ao primeiro semestre de 2001.³⁹ No

36 Dependendo de acordo com a franquia os valores anuais de investimento variam entre 10.617,8 Tercei rão Energia Barreiros aumentando em até 22.000,00 para a mesma modalidade em Blumenau. No caso de semiextensivo de 5 meses são, em média, acima de 4 mil reais, sendo no caso do último colégio um valor de 4.784,50. Disponível em: <<http://www.energiablu.com.br/web2/Ensino/semiextensivo-matriculas/>>. Disponível em: <<http://www.energiabarreiros.com.br/conteudo/matriculas-terceirao/>>. Acesso: 25.11.2015.

37 O sistema de ingresso por vestibular é utilizado no Brasil desde 1911, sendo regularizado como política pública no ano de 1925, quando a demanda por ensino superior ampliava-se decorrente da modernização. Com a crescente competitividade, surgem os primeiros cursos pré vestibular nos grandes centros na década de 1970. (PEREIRA, 2007)

38 PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Pré vestibulares populares em Porto Alegre**: na fronteira entre o público e o privado. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora : Marie Jane Soares Carvalho. Porto Alegre, 2007.

39 Amostra constou com 123 alunos , sendo 49 do curso de Direito, 38 do curso de Engenharia Civil e 36 do

levantamento das informações foram eleitos como indicadores do satisfatório desempenho do estudante os elementos do tipo: renda familiar, o histórico de escolaridade do estudante, gênero, investimento em atividades extracurriculares e estudo de segunda língua, acesso à tecnologia e fontes de informação, como também aportes para acúmulo de capital cultural. A média nas amostras coletadas verificou a procedência de 76,3% dos calouros em escolas privadas, com apenas 23,7% de escolas públicas, no conjunto circunscrito dentro das três áreas. No que se refere a categoria reservada aos pré-vestibulares, observou-se uma parcela extraordinária na orientação voltada para aprovação em Medicina, a qual chegou a corresponder a procura de 94,4% dos candidatos aprovados! Em contrapartida das impressões que possam ser adotadas à primeira vista, a pesquisa igualmente afirma que as escolas preparatórias por si só representam instrumentos com baixo teor no quesito de aprovação no exame, tendo em vista os demais aspectos aos quais se encontram atrelados o bom desempenho escolar (CARNIELLI, 2005).

Por outro lado, a pesquisa aponta para o fato de que os pré-vestibulares estão entre os elementos de maior reconhecimento dentre os estudantes, pois creditam aos cursinhos suas vitórias, logo depois de características individuais tais como dedicação e organização, preparação e mérito. Os cursos são pautados enquanto propulsores das oportunidades, até mesmo, quando um contingente significativo de estudantes assume não ter apreendido nada novo com nas aulas preparatórias.⁴⁰ Em resumo, as pesquisas no geral têm estimado que bom desempenho depende tanto dos elementos a pouco citados, como também devem estar somados ao fator carga de trabalho nula ou reduzida, recorrentes do estilo de vida majoritário do grupo de calouros (CARNIELLI, 2005; PEREIRA, 2007; SATO, 2011).

Noutra pesquisa realizada com dados de 2008, na cidade de Santa Maria (RS), constatou-se, ao traçar os perfis de vestibulandos matriculados regularmente em cursinhos, que 56,27% havia concluído o ensino médio em instituição pública, sendo 43,64% formados em privadas.⁴¹ Além disso, do total de entrevistados 84,4% somente estudam e não contam com nenhuma outra atividade regular de meio turno. Do mais interessante, é que 81,92% já realizaram o exame mais de uma vez, julgando acumular melhores chances ao regressar à

curso de Medicina. (CARNIELLI, 2005)

40 Numa pesquisa desenvolvida na UFSC, com dados de 167 calouros referentes à 2007, 41% alegou não ter reforçado o seu conhecimento nos anos pré-vestibulares. (SATO, 2012)

41 Amostra mínima de 997 vestibulandos, dos quais não foram mencionadas a procedência institucional. (IBDAIWI; GARCIA; LOPES, 2012)

rotina anual de curso pré-vestibular (IBDAIWI; GARCIA; LOPES, 2012).

Dessa forma, considera-se que o estilo de vida recém-descrito, que em resumo, é o que possibilita oportunas experiências, torna-se um caso bastante restrito ao conjunto da população brasileira; do modo como exposto anteriormente no histórico de desenvolvimento de implementação do sistema escolar no país. No entanto, quando colocado sob as perspectivas dos vestibulandos, o conjunto entendido como estilo de vida é por inteiro dissociado como fator determinante, em troca valorização de certos elementos isolados tal como são os cursinhos pré-vestibulares e o mérito pessoal (SOUZA, 2009).

Por via de regra, os sintomas de verticalização das oportunidades educativas também podem ser observados no histórico de pesquisas que abordam as universidades públicas de Santa Catarina; respectivamente Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade do Estado de Santa Catarina, situadas na capital Florianópolis. Dentre as pesquisas que visam compreender o acesso às universidades nas instituições acima citadas, também se encontram em destaque a problemáticas acerca das carências em políticas de permanências, pouco ofertadas por ambas acadêmias. O que vêm a comprovar que não só o acesso é desfavorável à determinados grupos sociais, assim como o término do curso; ainda mais, quando levado em conta que as instituições acima citadas estão situadas no município dentre os mais elevados custos de vida nas capitais restantes no país. Outra pesquisa de 2010 – na qual se procurou informações em diferentes centros acadêmicos – constatou que parte correspondente à 50% do grupo migrou do ensino público para o privado nos anos finais do ensino médio, com o objetivo de aumentar as chances de ingresso no ensino superior.⁴² Em sua maioria confirmam a efetividade da escolha, pois, hoje se apresentam entre os alunos dos Centros de Expressão e Comunicação, Centro Tecnológico e o Centro de Ciências da Saúde; todos os anteriores significativos em congregar cursos com altos índice de competitividade (SATO, 2012; VALLE; BARRICHELLO; TOMASI, 2010).

A tentativa de se aproximar de uma média verossímil da quantidade de instituições atuando no mercado dos cursos pré-vestibulares pela dimensão do Estado de Santa Catarina mostrou-se frustrada, sobretudo, devido ao desinteresse por essa particular categoria no que toca as coletas de dados mobilizadas pelos censos de órgãos públicos. Excluída do sistema educacional de ensino, o conjunto circunscrito nos cursos pré-vestibulares, o qual cambia

42 A pesquisa em referência contou com o levantamento das informações de 167 calouros. (VALLE, 2012)

entre ensino médio e curso superior é uma realidade para uma grande maioria de estudantes, cujo intentam ingressar na universidade. A distinção entre a modalidade dos cursos preparatórios e dos colégios atrelados aos cursos preparatórios, por vezes, nem interfere numa mudança conteudística curricular drástica, sendo que o grande diferencial situa-se no carácter legislativo e responsável que cada uma separadamente representa. Sobretudo, essa categoria “fantasma” da educação, que pouco se fiscaliza e muito se procura, possui demasiada falta de transparência no o setor privado. A fim de elucidar o caso na prática, buscou-se – para além dos censos institucionais – as estatísticas do vestibular da UFSC de 2014, tornadas públicas pela Comissão Permanente de Vestibular COPERVE em 2015.⁴³

Dentre as instituições privadas de colégio e cursos colégios que se destacaram em números de inscrições para a prova federal de 2014 estão o Colégio Energia com 1.189 inscritos (matriz) somados com 4 alunos do Córrego Grande. Do todo, foram aprovados 286 e somando mais 2 referentes ao Córrego. Já o Colégio Catarinense representou 560 inscrições e 136 aprovados e o Colégio Tendência contou 300 inscrições, respectivamente 69 aprovados.

A discrepância entre os números de inscritos da primeira rede de ensino básico para com as demais são evidentemente curiosas. Ademais, nenhum outro colégio ultrapassou o número de 700 inscrições, a qual é aproximadamente a soma referente aos demais alunos do sistema Energia em outras cidades, tornando o caso ainda mais inacreditável. Na grande Florianópolis, por exemplo, o município de São José, o sistema também representou a inscrição de mais 226 alunos com 42 aprovações e em Palhoça foram 120 inscritos para 36 entradas.⁴⁴ No total, foram contabilizadas 1.969 inscrições no vestibular 2014 UFSC representados somente pelos colégios de sistema Energia em Santa Catarina. Todavia, se ausentam das estatísticas a categoria os cursos pré-vestibulares, dissociados dos chamados Terceirões, este último

43 COPERVE, Comissão Permanente de Vestibular. Estatística de candidatos inscritos e classificados por escola de ensino médio (dados do vestibular UFSC 2014, divulgado em 2015). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://antiga.coperve.ufsc.br/vestibular2015/resultado/estatistica_escolaEnsinoMedio.pdf>. Acesso: 02.11.2015.

44 No total foram somadas 708 inscrições, somados fora dos números contabilizados na Matriz e no Córrego Grande. Em Blumenau foram 110 inscritos para 18 ingressos. Em Chapecó mais 102 inscritos para 15 classificados. Em Lages 104 alunos inscritos contando com 11 aprovações. Na cidade de Brusque, sendo utilizado como sistema de duas instituições, a marca também levou mais 46 alunos à prova, e respectivamente aprovou 10. Na cidade de Criciúma 32 alunos passaram a ocupar 4 vagas e no município de Tubarão 33 alunos contando com 4 classificações. Somando a mais 7 inscrições de Joinville. Todas as informações presentes no documento da Comissão Permanente de Vestibular, acima referenciado.

caracterizado por acoplar o último ano de escolaridade à revisão intensiva de pré-vestibular.⁴⁵ O que também significa que o número de inscritos pela marca é ainda muito superior e incerto do que somente apresenta a estatística por instituição escolar do vestibular UFSC de 2014, divulgada em 2015.

Visto isso, outros números predominantes poderiam ser destacados nas inscrições, caso não excluíssem do documento a categoria dos cursos preparatórios no mercado catarinense. Por exemplo, apresentam-se para além do mapeamento das estatísticas, o curso preparatório Gaia – que faz uso da apostila do grupo Positivo – e tem aparente sucesso dentre as aprovações em vestibulares públicos no Estado. Observa-se que, por não conter nenhuma outra modalidade escolar, o curso Gaia nem é contabilizado enquanto instituição de ensino e, por conseguinte, seu corpo discente respectivamente não é entendido enquanto aluno. Em virtude disso, esses estudantes estão situados dentre a lacuna que dissocia o ensino básico do superior. A empresa Gaia também conta com mais unidades distribuídas pelo Estado e certamente apresenta números páreos em inscrições e aprovações, a fim de minimizar a discrepância na lista analisada (SANTOS, 2004, apud COSTA, 2007).

Por fim, tendo em vista a falta de dados informativos sobre os pré vestibulares, visto que estão fora dessa categoria escolar e inclusos na nebulosa livre iniciativa, será analisado o carácter de ensino identificado como Terceirão. Identificado o sistema de Ensino Energia como o mais disseminado entre o mercado dos cursos preparatórios de Santa Catarina – o que vem a ocorrer também em virtude da precariedade de dados – pretende-se, no capítulo que segue, restringir a análise para a marca Energia em particular, através da qual atentar-se-á para as sutilezas na construção da imagem pública da empresa. Além de diagnosticar efeitos consequentes do tratamento mercadológico da educação para a formação básica dos futuros profissionais, têm-se como assuntos transversais e de cunho semelhante os mecanismos pedagógicos utilizados para a facilitação do exame ENEM e vestibular, a prioridade de determinados cursos eleitos na tentativa de atestar qualidade de ensino, o trato do aluno e família como clientela empresarial, e fundamentalmente, os aspectos que neste complexo contribuem para a reprodução social da estrutura em tempo presente.

45 Informação na plataforma do site de Itajaí: “O Ensino Médio já prepara os alunos para os moldes de trabalho que ele desenvolverá no Pré-Vestibular ou no Terceirão. O material didático é apostilado, e o cuidado com as instalações físicas e com o nível da equipe de professores é rigoroso. Os projetos especiais para os estudantes de Ensino Médio desenvolvidos pelo Energia lhes dão muito mais chances de sucesso no vestibular.” Disponível em: <<http://www.energiaitajai.com.br/Sistema-de-Ensino/>>. Acesso em: 12.11.2015.

2.4 O Naufrágio na extensão Sul: alguns elementos do abismo entre matriz e franquias

A inserção da conduta empresarial nas escolas pode ser entendida como algo favorável ao aprimoramento do desempenho escolar, pois apresenta alguns resultados estatísticos, por ora, mensurados. De acordo com essa lógica, estima-se que quanto mais metas e planejamentos, maiores serão as produtividades; tanto na empresa como na escola. Em vistas disso, agindo como escolas-empresas respondem ao público escolar na condição de clientes ou, então, investidores. Sabe-se que, são complexas as relações entre clientes, investidores e empresários na sociedade capitalista, e ainda, que podem vir a se tonarem relações infelizes, danosas e até mesmo irremediáveis.

Como se tentou mostrar noutro momento, a transparência para o cliente no nebuloso mercado dos grandes monopólios em geral não é respeitada e, propositalmente. O que no caso empresarial escolar se dá tanto no meio publicitário, assim como na aparência estética dos materiais didáticos. Com dada recorrência, quando os argumentos propagandísticos chegam a público, as diversas marcas que insinuam concorrência poderão provir da mesma ramificação empresarial financeira; portanto, suas características são financiadas, construídas e autorizadas por um mesmo conglomerado, engendrando na tendência de oligopólio discutido no tópico Educação na bolsa de valores do presente capítulo.⁴⁶ Não obstante, para os defensores da área de Marketing Educacional a criação de uma marca de ensino credita transparência para a empresa, já que pressupõem que para construção da marca determinam-se: clareza de proposta, identidade institucional e de público-alvo, metas e mapeamento das necessidades, e sobretudo, construção de credibilidade e coerência com a prática empresarial (BARBOSA, 2013).

Em contrapartida do argumento publicitário acima citado, entende-se aqui que o fenômeno escolar franqueado do tipo escola-empresa opera por um mercado ainda mais obscuro dentre os monopólios. Isso porque, quando se trata da instalação de uma franquia de sistema de ensino não necessariamente as formas apropriadas da matriz serão exatamente

46 Para mencionar um exemplo prático e complementar ao caso dos pré-vestibulares. Tornou-se demasiado comum o aluno com condições financeiras procurar um curso extracurricular de línguas na complementação dos seus estudos. Na busca, ele pode se deparar com as escolas Wizard, Yázigi e Skill; estas três são bastante conceituadas pelas propagandas e aparentemente concorrem no mercado. Apesar de serem três escolas diferentes, todas estão congregadas na administração financeira do grupo Paerson, o qual também têm propriedade sobre o material do sistema COC de ensino, entre outras escolas.

correspondidas e assimiladas pela instituição compradora. Apesar das discrepâncias que possam existir, por exemplo, entre o Energia de Chapecó e o Energia de Jurerê Internacional (Florianópolis), os compradores serão seduzidos pelos mesmos *slogans* e promessas – ainda que diferentemente interpretados – e, para a maioria dos compradores não importará o diferencial entre os vários Cursos e Colégios Energia; pois, afinal, as promessas parecem sempre corresponder às suas expectativas. Confiando no histórico de contínua credibilidade construído pela propaganda da marca, quando acidentes revelam contradições entre a postura da matriz e administração franqueada, os clientes, no geral, sentem-se pegos de surpresa; em virtude de que confiam na qualidade do produto que consomem e investem.

Ainda, observa-se que quando maiores problemas são gerados sob a roupagem da marca é recorrente que sejam responsabilizados os compradores do métodos e não os criadores, visto que é comum vender, mas não gerenciar o uso da marca.⁴⁷ Tanto como ocorreu em 2007 com as apostilas COC, no qual um exercício foi julgado por cunho ideológico, e relegado enquanto equívoco da administração local de Araraquara. Como também no acontecimento dos fechamentos da Rede Energia Sul, compreendidos em Energia Araranguá, Tubarão, Urussanga e Criciúma, com maior destaque para a última instituição.⁴⁸ Sendo assim, mostrar-se-á, sob o acontecimento a ser analisado, o quanto a clientela escolar confia na credibilidade e nas atribuições qualitativas construídas pela marca de ensino, mas que nem sempre são realidades correspondidas pelos colégios franquizados. No evento referenciado, o Energia de Criciúma – com todo o peso da marca e com histórico bem sucedido na região – impactou pais, alunos, entre outros envolvidos com a escola, quando de súbito fechou as portas, próximo ao início do período letivo, por débito de quatro anos acumulado no aluguel do prédio! Segue a imagem da infraestrutura abaixo, cuja arquitetura tem inspiração no símbolo naval.

47 BECKER, Marcelo. Dono da Marca Energia não gerencia licenciados, mas vai rever relação após fechamento do colégio em Criciúma. **Jornal Click RBS**. Santa Catarina: Grupo RBS. 9 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/02/dono-da-marca-energia-nao-gerencia-licenciados-mas-vai-rever-relacao-apos-fechamento-do-colegio-de-criciuma-3659139.html>>. Acesso em: 12.11.2015.

48 Redação Jornal de Araraquara. Grupo COC vende apostilas “com viés ideológico”. São Paulo: **Jornal de Araraquara**, 16 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.jornaldeararaquara.com.br/index.pas?codmat=33776&pub=2>>. Acesso em: 08.11.2015.



Figura 1. Vista aérea do antigo Curso e Colégio Energia em Criciúma. Acesso: 14.11.2015

No acontecimento em questão, estima-se que uma média de 2 mil alunos com matrículas canceladas buscavam, na medida do possível, vagas com urgência em outras instituições.⁴⁹ Em decorrência do ocorrido, a administração local da empresa responde por processo de inadimplência, entre outras mais ações trabalhistas, pois além da dívida de aproximadamente 3,8 milhões no aluguel, também não estavam em dia com o pagamento de em média 300 funcionários.⁵⁰ A empresa matriz em Florianópolis igualmente entrou com processo de danos causados à marca, solicitando o ressarcimento das prestações de serviços para com os clientes; e no entanto, na perspectiva dos alunos as perdas revelaram-se irrefutáveis (BECKER, 2012).

Da mesma forma que uma empresa privada pode declarar falência, despejar funcionários e indignar seus clientes, sem apelações prévias, o mais imponente colégio da rede Energia Sul naufragou para o pesar de muitos.⁵¹ As reações foram diversas. Alguns pais prontamente registraram boletim de ocorrência a fim de requerer a matrícula já em dia com a empresa, outros bradavam pelo investimento mal administrado. Então, alguns alunos começavam a descreditar nas suas chances de ingresso ao ensino superior, como relataram: “O Energia tinha um diferencial. Agora temos que encontrar o nosso diferencial. Sou de Tubarão e vim para

49 Portal Diário Catarinense. Colégio Energia de Criciúma fecha as portas e deixa quase 2 mil alunos sem ter onde estudar no Sul de Santa Catarina. **Jornal Click RBS**. Santa Catarina: Grupo RBS, 8 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/02/colégio-energia-de-criciúma-fecha-as-portas-e-deixa-quase-2-mil-alunos-sem-ter-onde-estudar-no-sul-de-sc-3657196.html>>. Acesso em: 14.11.2015.

50 Portal Sul in Foco. Após um ano do fechamento do colégio Energia professores ainda não foram pagos. Santa Catarina: **Portal de Notícias Sul in Foco**, 7 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.sulinfoco.com.br/apos-um-ano-do-fechamento-do-colegio-energia-professores-ainda-nao-foram-pagos>>. Acesso em: 14.11.2015.

51 Portal Jus Brasil. Criciúma/SC Resultados de um colégio despejado. 8 de fevereiro de 2012. Santa Catarina: **Info Jus Brasil**, 08 de fevereiro de 2012. <<http://www.infojusbrasil.com.br/2012/02/criciumasc-resultados-de-um-colegio.html>>. Acesso em: 12.11.2015.

Criciúma estudar no Energia, pois quero cursar Medicina”. Outros clientes suspiraram, porque tinham o demasiado desejo de proporcionar aos seus filhos tais oportunidades educativas em uma escola tão bem conceituada. Em tom de lamento, pai de aluna desabafou: “Estou muito chateado. Este era o melhor colégio da cidade, senão do Estado. Queria muito que meus filhos estudassem aqui para fazer vestibular. Minha filha pretende cursar Medicina e aqui ela seria bem preparada”. Mais injustiçados ainda, sentiam-se aqueles alunos que haviam conquistado o direito às bolsas de 50% na matrícula, e que agora descobriam não ser mais possível de usufruí-las.

Considerando essa fragilidade de responder às responsabilidades ramificadas e a tentativa de proferir uma imagem unificada e sedutora para todas às escolas franqueadas, acredita-se que a transparência não é uma característica desse fenômeno; na medida em que o esperado é, por inelância, o contrário, pois – quando se contrata um serviço que por não tratar de um produto qualquer, mas sim, de conteúdo educativo – trata-se igualmente de uma parte fundamental para a formação social do indivíduo.

Em virtude disso, cabe elucidar que se compreende aqui a educação escolar:

Considerando-se que o conhecimento escolar é um importante regulador da estrutura da experiência, torna-se necessário questionar em que medida e de que forma a passagem por um sistema educacional específico pode contribuir para modificar a representação de que o aluno tem de si mesmo e a que os outros têm dele. (ALMEIDA, 2002, p. 139)

Acredita-se, pois, que em decorrência do conteúdo escolar ser produzido de acordo com os preceitos mercadológicos dos sistemas de ensino, este último incidirá – sob diferentes medidas – em reflexos e influências ideológicas no processo de constituição dos sujeitos sociais que os experimentam. A fim de sustentar algo que vá além da opinião, lê-se no manual intitulado Dicas de Marketing Escolar, curiosamente produzido pela renomada Hoper Educacional, que ocupa posição notável no empreendimento de consultoria pedagógica:

A essência do empreendedor é transformar idéias em ações lucrativas, já que vê nas mudanças as oportunidades de negócio [...] Para entrar no seletivo grupo de Escolas de sucesso é fundamental que a Escola seja empreendedora e que também passe noções de empreendedorismo para seus alunos, já a partir da Educação Infantil. (ARIZA, 2006 p. 14)⁵²

⁵² Empresa consagrada no mercado de consultorias pedagógica, auxiliando na implementação e gestão de projetos em empresas escolares.

Desse modo, atentando para aquilo que o pesquisador em educação Aguiar (2013) estudou como o empresariamento do sujeito escolar, interessa anunciar que se pretende extrair na análise das fontes os elementos que evidenciam o direcionamento empresarial da escola, tanto na construção da marca escola quanto na composição do currículo, a fim de atestar em que medidas estes podem auxiliar na manutenção da ordem vigente; porquanto não democrática (AGUIAR, 2013).

Convém salientar que cada colégio situado de modo distinto geograficamente e integrado por indivíduos incomparáveis irá compor uma forma de ensino diferenciada, não importando, em última instância, as determinações dispostas pela rede do sistema empresarial. Posto isso, trata-se aqui da descrição do aluno e aluna representados por detrás das manifestações das franquias desse fenômeno escolar, os quais influenciarão de modo mais ou menos marcante a formação tanto da escola como dos alunos submetidos à empresa (FORQUIN, 1993).

2.5 A clientela e a cultura escolar das escolas-empresas

Orbitando por uma tendência globalizada, as marcas das escolas-empresas voltadas para o pré-vestibular em Santa Catarina compartilharão de comuns aspectos, muito dos quais, fundamentados sob o mito de qualidade da escola privada – que assim como foram constatados – tornam-se necessários para instrumentalizar a expansão dos seus respectivos mercados. Dentre eles, por exemplo, estão a construção da imagem pública sob apoio de marketing publicitário que recomendam a transmissão propagandística de certeza da disposição do melhor corpo de funcionários que é altamente especializado, aparente investimento tecnológico na ação pedagógica, bem como na recorrente representação simbólica de vitória associada ao topo dos *ranking* entre os aprovados no ensino superior público. Assim, muitas das escolas-empresas irão propagar posições semelhantes e se fundamentar em argumentos semelhantes, em razão de que suas imagens estão sendo construídas sob estratégias de posicionamento da marca, com o intuito de dar forma àquilo que Barbosa (2013) chamou de competir no mercado como Escola Completa (BARBOSA,

2013).⁵³

A escolha do problema exige que as fontes em uso para o mapeamento da culturas escolares da escola-empresa sejam, em suma, documentos tornados públicos pela instituição Energia, visto que são estas as principais evidências que acusam para a intencionalidade da prática empresarial na escola em questão. Para a interpretação das fontes serão utilizados além de bibliografia crítica a respeito do privilégio escolar, pesquisas e estudos provenientes das áreas de comunicação e publicidade, cujo intentam para a construção de conceitos e métodos que compõe a formação de identidade pública institucional. Além disso, servirão como apoio informativo diversos jornais e revistas, da mesma forma como têm auxiliado no restante do trabalho; todos os materiais anteriores associados, inevitavelmente, ao meu testemunho crítico vivenciado na posição de discente (ZACHER, apud ATTUCH 2009; AGUIAR, 2013).

Como já posto, o conteúdo da presente investigação centra-se na tentativa de estabelecer a relação dialógica e complexa dos efeitos simbólicos advindos do monopólio privatista sobre as experiências escolares. Visto isso, as empresas de ensino privado que optam por esse modelo empresarial publicitário em Santa Catarina têm apostado, sobretudo, no carácter de soberania do seu ensino frente aos demais concorrentes na disputa pelo ingresso no ensino superior.⁵⁴ Não vem ao caso conferir sua real eficácia no que tange à conquista das vagas, no entanto, isso não deve sugerir teor qualitativo de formação a respeito do qual pretendo desenvolver concomitante ao problema de empresariamento do sujeito em idade de término escolar (BARRETO, 2013).

Resta expôr que o histórico da instituição a qual se pretende trabalhar tem início em 1986 atrelada aos currículos de pré-vestibulares; os quais surgem no Brasil, primeiro em grandes centros, na década de 1970, quando começavam a aumentar os candidatos ao ensino superior. Hoje, contando de educação infantil ao ensino superior, a empresa Sociedade Catarinense de Ensino.ltda, construída e apresentada como Curso e Colégio Energia,

53 O marketing é uma prática que teve início em 1950 devido a necessidade empresarial de incentivar consumo. Hoje, para as escolas com fins lucrativos, este tem sido um recurso de suma importância para captar clientela, identificado pela área de Marketing Educacional. “Para o segmento da educação, a definição de Marketing é manter e conquistar alunos. Sua função dentro da escola é entender, criar e gerenciar as necessidades dos alunos, bem como as de seus pais, realizando pesquisas para desenvolver ofertas que ofereçam valor para esse público e atendendo suas expectativas. Também é função do marketing manter comunicação eficiente com o seu público e divulgar o trabalho da Escola no momento e no local exatos. [...] Para uma escola ter sucesso, além do aspecto pedagógico, é necessário valorizar também o aspecto mercadológico [...]” (ARUZA, 2006, p. 17-18)

54 Nota-se que essa característica é uma orientação geral do marketing escolar, visto que consideram importante reivindicar uma força memorável para a marca. (KOTLER, 1998, apud BARRETO, 2013)

coleciona uma série de franquias por Santa Catarina, desde os municípios de Chapecó, Itajaí, Blumenau, Joinville, Timbó, Brusque, Lages, Rio do Sul, Palhoça e São José, entre outros, alegando também o uso isolado de apostila em outras instituições. Da mesma forma, contava com a falida rede Energia Sul, dos quais localizavam-se em Tubarão, Araranguá, Criciúma e Urussanga – sendo os dois últimos particulares a minha formação individual, e com dados ressentimentos os quais engajam o presente trabalho.⁵⁵

Assim como se aconselham na assessoria de construção da imagem comercial, é preciso que a marca se posicione em aspecto de diferencial, em razão de que:

[...] o fato de identificar de forma clara o posicionamento de uma empresa resulta, conseqüentemente, no fortalecimento de seu nome no mercado competitivo, por isso, devem ser escolhidas e realizadas da maneira mais acertada. [...] As instituições devem examinar a sua posição atual em relação aos seus concorrentes principais, para saber quais são os atributos utilizados para comparar uma escola à outra. (BARRETO, 2013, p. 32)

Em virtude disso, identificou-se o valor exacerbado do diferencial da marca Energia, o qual dará a tônica nas propagandas do colégio, assim como serve de recurso na mais recente campanha, possível de ser notada pelas ruas de Florianópolis. O grupo publicitário Neovox, empresa da capital, desde 2013 vêm encabeçando a imagem pública da empresa Sociedade Catarinense de Ensino. Ltda, vulgo Energia. É interessante observar, que a empresa Neovox também é responsável pelo marketing do conjunto de instituições público e privadas: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), Comper supermercados, Governo de Santa Catarina, Le Monde Citroën, Porto Bello, Prefeitura de Florianópolis, Prefeitura de São José, cooperativa bancária Sicoob, empresa elétrica Tractebel, e Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

A fim de construir uma representação da imagem da empresa Energia, o grupo Neovox afirmou, de acordo com o anúncio realizado no site Acontecendo aqui, no dia 14 de outubro de 2015, sob o título da notícia “Neovox assina campanha do Energia com as *youtubers* do Canal Depois das Onze”: “O conceito surgiu inspirado no desempenho do Colégio Energia, que a cada ano amplia a sua liderança, tanto no ENEM quanto em aprovação no vestibular,

55 Dados obtidos pelo Portal Energia Itajaí, Portal Energia Matriz e Portal Energia R. Disponível em: <<http://www.energiaitajai.com.br/Historia/>>. Disponível em: <<http://www.energia.com.br/index.html>>. Acessos em: 13.11.2015. Disponível em: <<http://www.energiarsul.com.br/sistema.html>>. Acesso em: 15.11.2012.

um desempenho que não é pra qualquer um.”⁵⁶ Os demais agentes mobilizados pelo anúncio congregam popularidade entre uma grande parcela dos adolescentes, tais como a página do Facebook conhecida por Floripa Mil Grau, assim como a blogueira de Vida sem Salto (Camila Valpas), com protagonismo das artistas do Canal Depois das Onze. Nota-se que, na oração a qual expressa o conceito cerne da campanha, o desempenho é exclusivo e inerente ao sistema de colégio, não importando muito as melhores condições do estilo de vida corpo discente a pouco discutidas. A campanha “Isso não é para qualquer um”, de fato expressa o espírito da empresa, assim como também o valor da mensalidade não é para qualquer um, e nem mesmo a possibilidade do aluguel de uma sala de cinema para aula de revisão do vestibular, muito menos o sorteio de um carro para os 10 melhores alunos.⁵⁷ Nestes pontos acredito que seja um conceito coerente.

Afirmado através das principais portas vozes do comercial – as celebridades do youtube Gabriela Fernandes e Thalita Meneguim – ser líder absoluto do Exame Nacional do Ensino Médio, o colégio Energia tentou comprovar a sua qualidade, utilizando como recurso de posicionamento o exame nacional. Fato que é bastante significativo, pois, no tempo presente o ENEM é uma ferramenta em crescimento para a substituição progressiva do ingresso por vestibular, e, no entanto, os mesmos “tons monopolistas” presentes nos textos publicitários não parecem diferir ambas as provas.⁵⁸ Investindo boa parte do capital que dispõe, foram distribuídos os cartazes da novíssima campanha, como de modo corriqueiro, por lugares significativos da cidade de Florianópolis e certamente dentre outras mais cidades no Estado. Estampados com as figuras carismáticas e queridas pelo público adolescente, na campanha ambas artistas sugerem “tirar onda” com as façanhas da empresa, visto que “não são para qualquer um”.

É interessante observar a tendência comum da propagação do sentimento de descontração e divertimento nas imagens publicitárias da empresa Energia, desde que vendo

56 Portal Acontecendo Aqui. Neovox Assina Campanha do Energia com youtubers do Canal Depois das Onze. Santa Catarina: PontoBR Digital, 14 de outubro de 2015 Disponível em: <<http://acontecendoaqui.com.br/propaganda/neovox-assina-campanha-do-energia-com-youtubers-do-canal-depois-das-onze>>. Acesso em 21.10.2015.

57 Refere-se aqui a aula de revisão programada para qual vestibular, cujo correspondem ao evento publicado na página Encontre sua Energia, na data de 17 de outubro de 2015. Já o sorteio do Citroën C3 0km mencionado ocorreu no ano de 2012 e pode ser verificado no calendário de eventos. Disponível em: <<http://www.energia.com.br/noticias2012.php>>. Acesso: 13.12.2015.

58 Observou-se que as campanhas desenvolvidas no ano de 2013 ainda enfatizavam o direcionamento para o exame de vestibular.

sendo construídas pela Neovox. Se opondo a imagem anterior do “é puxado mais funciona”, o colégio optou por uma imagem mais branda no que se refere à representação da rotina escolar.⁵⁹ A nova feição divertida do Sistema Energia já estava em andamento quando registrado na campanha anterior, na abertura de matrículas para o curso semiextensivo pré-vestibular. Segue o cartaz em referência, o qual é acompanhado do uso da *hashtag*: “#vemquetem – 19 anos de liderança nas aprovações em SC.”⁶⁰



Figura 2. Campanha Semiextensivo “Vem aparecer na lista dos aprovados

Em suma, o cartaz em referência esteve em exposição no mês de março na redes sociais e nos *outdoors* de Florianópolis, com o objetivo de vender suas matrículas do semiextensivo. Analisando a constituição da imagem nota-se que a descontração da garota recém aprovada na universidade é, em larga medida, compreensível, e, quando a modelo registra uma *selfie* no momento comemorativo acaba por representar *um* contingente muito significativo da geração super moderna, apegada aos *smathphones*, por meio dos quais compartilha a vida pelas redes sociais. Conseqüentemente, a identificação é generalizada, e intenta despertar sentimentos no consumidor. Por isso, pode-se dizer que é uma construção com apelo emocional da marca, porque “definem como necessidades psicológicas que um indivíduo apresenta sobre um

59 “MELHOR PREPARAÇÃO, AS MAIORES APROVAÇÕES. A maior carga horária de aulas dos cursinhos da cidade e região, aqui o aluno se prepara muito mais que a concorrência. PUXADO, MAS FUNCIONA!” Disponível em: <<http://www.energiachapeco.com.br/?ir=pre>>. Acesso em: 15.11.2015.

60 Portal do Semiextensivo Energia. Disponível em: <<http://www.energia.com.br/semi.php>>. Acesso em: 15.11.2015.

produto ou serviço ou mesmo a relação com uma marca específica. [...] a instituição geralmente utiliza de apelos emocionais devido à própria filosofia da escola, que são os valores.” (BARRETO, 2013, p. 99)

Há também de se presumir que essa “cultura do vestibular” – do pintar face colorida, publicar *banners* de aprovação em residências, redes sociais, a até mesmo expô-los nas casas de praia – será sensibilizada por um grande coletivo que congrega quase todas as gerações recentes.⁶¹ Os pais, comumente desejam e comemoram junto dos filhos, por vezes, ainda mais empolgados; prova também de que o alto investimento valeu a pena. Os estudantes são ovacionados por suas conquistas, parabenizados até por pessoas bastante distantes nos perfis sociais, e desse modo percebem, enfim, que o esforço valeu a pena. É o momento de honra ao mérito! (ROCHA apud PIERONI, 1998)

Procurando demarcar o sentimento de missão cumprida que, diga-se de passagem, é muito menos a formação, e sim, a obtenção de uma vaga preferencialmente na rede superior pública, o sistema do colégio Energia trata de promover a organização das comemorações dos aprovados. Faz parte da cultura escolar da escola-empresa fornecer materiais para a confraternização, tais como as tintas, a impressão dos banners, e até mesmo marcar encontro oficializado entre os aprovados, e evidente que garantindo os devidos registros fotográficos. Os quais, por fim, disseminarão pela infinitude das redes sociais o espírito de descontração e divertimento que vivenciam os alunos do Energia. Mas espetáculo da aprovação, os reprovados ficam pelos bastidores (PIERONI, 1995; FORQUIN, 1993).

Nota-se igualmente que a propaganda se preocupa em trazer um resultado recente e bastante significativo no que tange ao valor competitivo. Naquele ano de 2014, o vestibular para medicina na UFSC contou 6.785 inscrições para o total de 65 vaga vinculadas à empresa.⁶² Torna-se válido lembrar a estimativa do número de alunos que representam a marca no exame é bastante alta se comparado com outras escolas isentas de cursinho na formação acoplada de ensino médio. Em contrapartida, não é arriscado supor que os demais ingressados no curso, em sua maioria, estivessem atrelados ao curso pré-vestibular e semiextensivos pagos.

61 Cultura do Vestibular refere-se ao conjunto de signos e rituais referentes à entrada no ensino superior, estudados por Rocha (1995) em comparação distintiva com o conceito de Vestibular da Cultura, cujo agrupa os conteúdos do currículo mínimo exigido para o ingresso no ensino superior. (ROCHA apud PIERONI, 1998)

62 Informações coletadas através do site: <<http://www.vestibular2014.ufsc.br/files/2012/11/relacao-CV-cat31.pdf>>. Acesso em: 23.10.2015.

Na campanha de 2015, procurando ir além dos *outdoors* bem posicionados na avenida Beira Mar Norte e na saída da Lagoa da Conceição rumo ao centro da cidade, da exibição de quatro comerciais televisivos e de *busdoors* em circulação pelas regiões movimentadas, a campanha apresentou inovação através do site: www.issonaoepraqualquerum.com.br.⁶³ Nota-se que no presente caso fazem uso dos meios de massa, bem referenciados pelo marketing educacional para a construir o diferencial de uma Escola Completa:

A primeira (mídia de massa) envolve os jornais, revistas, rádio e televisão. Costuma ser a mídia mais indicada para a transmissão de alguma publicidade, incluindo os conteúdos educacionais, devido ao grau significativo de entretenimento. A mídia de massa atinge um grande número de pessoas por um custo relativamente baixo; distribui a publicidade para um tipo especial de público e favorece o aumento da fidelidade de um consumidor através da sua regularidade de frequência. A seriedade do conteúdo não é o ponto principal desse tipo de mídia. (BARRETO, 2013, p. 56)

Optando por investir em meios de entretenimento, o conteúdo do site diz respeito ao conjunto do material de propaganda recente, anunciando através das interlocutoras da campanha o novo Desafio Energia, no qual, em resumo, provar-se-ia o que não é pra qualquer um. Em suma, o desafio consistiu na aparição das personalidades do Canal Depois das Onze em sala de aula, descontraindo o cotidiano dos estudantes e os provocando a fazer algo incomum, o que foi registrado por vídeo e devidamente publicado no site da empresa. Por detrás da cena, novamente transpareceu a tentativa de criar um ambiente escolar divertido que além de aprovar também sabe entreter.

Partindo para a introdução iconográfica da campanha vê-se o uso corriqueiro do carácter de descontração, da maneira como pode se perceber na postura das modelos sendo característico também das suas representações no Canal Depois das Onze.



Figura 3. Introdução à campanha Isso não é pra qualquer um. Acesso:

63 Acesso em: 21.10.2015.

Acessando o site da campanha, referenciado pela imagem acima o sujeito que navega recebe mais elementos para interpretação do conceito propagado, não consagrados pela figura de apresentação. Como se mostrou ser uma tendência corriqueira do mito de qualidade da escola privada, o recurso da contabilidade dos índices de aprovações também foram a tônica da propaganda seguinte:



LÍDER DO VESTIBULAR HÁ 19 ANOS

ISSO NÃO É PRA QUALQUER UM

O ENERGIA É ESPECIALISTA EM APROVAÇÃO NO VESTIBULAR.

Em 25 anos, já são mais de 60 mil alunos aprovados. Por isso, não é por acaso que somos líder em aprovação há 19 anos seguidos. Só no último vestibular da UFSC, foram 810 aprovados, sendo 3 entre os 10 primeiros. Na ACAFE, foram 6 entre os 10 primeiros e na UDESC foram 3 entre os 10 primeiros. Quem estuda no Energia tem à sua disposição a melhor equipe de professores e um dos melhores materiais didáticos do país. Mas só isso não basta: temos a paixão e a dedicação necessária para cada ano continuar aprovando ainda mais.

UFSC: 810 APROVADOS E 3 ENTRE OS 10 PRIMEIROS
ACAFE: 6 ENTRE OS 10 PRIMEIROS
UDESC: 3 ENTRE OS 10 PRIMEIROS

Figura 4. Especialista em aprovação no vestibular Acesso: 21.10.2015

Combinados à alusão dos valores de bravura supostamente encarnados na expressão corporal de Thalita Meneguim aparecem os primeiros subsídios mais elaborados, os quais indicam os fundamentos para as “sucessivas conquistas” do método pedagógico. Assumindo ser líder há 19 anos sequenciais, a propaganda projeta um sentido de continuidade na

instituição, ao citar as mais recentes 810 aprovações no vestibular UFSC, a colocação de 3 alunos entre o ranking dos 10 melhores na UDESC, ainda mais associados ao histórico de 60 mil alunos em 25 anos. Em síntese, a liderança ocorre devido a disposição de uma equipe de professores que se assume melhor dentre todas as outras – que até mesmo vêm a estrelar nos seus *outdoors* – bem como a distribuição dos melhores materiais didáticos do país; ambos argumentos demasiadamente reivindicados pelo marketing escolar e, por isso, questionáveis.

Não obstante, os alunos amontoados dentre o acúmulo de 60 mil aprovados num histórico de 25 anos é que realmente representam, em última instância, os especialistas em aprovações. Pois, mesmo que inculcados por uma rotina de treinamento, continuarão sendo eles os sujeitos que operam entre as múltiplas escolhas durante os exames. Contudo, não é o que sugerem de modo geral as propagandas de marketing escolar das escolas-empresas. Tal intenção fica ainda mais evidente na primeira imagem analisada (figura1), quando convidam o cliente estudante para “aparecer na lista dos aprovados” incrementando com o “#vemquetem”, *slogans* que insinuam, sobretudo, que o sistema de ensino é o responsável por injetar o aluno no topo e na lista. Apesar disso, essa capacidade é bastante improvável, não só levando em conta os argumentos anteriores, mas também o esforço das empresas em captar alunos com excelentes desempenhos escolares. A estratégia pode ser subsidiar parcialmente os cursos preparatórios de alunos que se destacarem nas provas de bolsas ou descontos na mensalidades que, no presente caso, por exemplo, é o Provão Energia, o qual recruta alunos a fim de suas estatísticas em aprovação. Ou até mesmo se pode sortear um carro 0 km para os dez melhores alunos. A partir desse conjunto de práticas e rituais, o colégio simultaneamente promove o ensino engajado na competitividade, com a seleção dos melhores alunos para projetar a marca e, com isso, hiperboliza cada vez mais seus índices aprovados. O que faz com que a instituição se identifique como uma líder em aprovações, corroborando para o processo de reprodução da clientela das escolas-empresas.

O primeiro argumento que vai de encontro ao irrefutável mito de qualidade privada encontra-se no que concerne na abstenção da generalização do corpo discente. Altamente restringido pelo valor monetário do Terceirão Energia – cujo variam na média de 1.000 reais mensais – os alunos de escolas privadas com tal média de preço disposta, certamente podem

recorrer a atributos culturais e materiais de reforço a cultura do estudo.⁶⁴ Por isso, os alunos disporão de materiais que vão além dos oferecidos pelas redes de ensino, principalmente no que se remete ao acesso à tecnologias, e comumente realizarão simultâneo à disciplina do colégio um curso de línguas extracurricular; uma rotina extracurricular e de vivência que está muito além do que o currículo energia pode oferecer:



Figura 5. Ensino Médio com rotina extracurricular acompanhada. Acesso: 21.10.2015

Outrossim, possuem também o incentivo familiar à cultura da educação formalizada – fato que pode ser evidenciado a partir do quanto investem nesta modalidade de ensino para sua prole – o que concerne no um fator fundamental para o bom desempenho escolar. Também há enormes indicativos que tais alunos viajam e experimentam outras culturas, as quais, sem dúvida, podem significar uma aprendizagem bem mais profunda do que pode a sala de aula isolada. O conjunto de experiências citados, certamente congrega uma formação social cultural bastante sólida e gera um satisfatório rendimento escolar. No entanto, essa estrutura familiar que sustenta os estudantes e fornece as devidas condições muito aquém do padrão da grande maioria, não aparece como fator peso na qualificação do ensino nas projeções da empresa, e de modo geral, se ausenta dos argumentos utilizados em favor das escolas particularistas, como foi evidenciado há muito por Zaia Brandão (1985) sob o título Qualidade de ensino: característica adstrita às escolas particulares? (BRANDÃO apud CUNHA, 1985; ALMEIDA, 2002; DALLABRIDA, 2001)

Sendo assim, quando o aluno ingressa no Sistema de Ensino Energia – dentre outros

64 Valor correspondente à fração mensal do valor anual de referente ao Colégio Energia da cidade de Blumenau, podendo variar em cada cidade e administração local. Acesso: 06.11.2015

cursos com objetivos semelhantes – é alertado de prontidão que está numa situação de menor vulnerabilidade para a reprovação no vestibular, caso comparado ao restante dos concorrentes. Este será, com raras exceções, o indício que levará o aluno e sua família a escolherem a empresa para o término da formação básica: o investimento na maior probabilidade de ingresso no ensino superior, preferencialmente, público. Nesse sentido, pode-se supor, e até mesmo comprovar, que os alunos que partilham da cultura cotidiana dessas empresas estão à frente da largada para a obtenção do tão almejado ingresso na graduação, e dito isso, a seleção para o ensino superior público perde o seu sentido democrático; o que a princípio não é grande novidade, mas apesar disso, não parece ser um problema a ser contestado ou ao menos discutido dentre os privilegiados na disputa. Em virtude disso, o próprio tratamento interno dado ao corpo discente é o do “diferencial” perante aos demais competidores, pois, são alunos e alunas do Energia, e querendo ou não, estão competindo majoritariamente entre o próprio grupo de convívio e devem se possível, destacar-se dentre o grupo.

Pretende-se caracterizar o diferencial da marca Energia, o qual se define em diálogo com as demais propagandas de ensinos concorrentes. No que tange a projeção de determinados valores da cultura escolar nas escolas empresas, pôde-se perceber que alguns clientes de fato as interiorizam, assim como no depoimento da aluna que no momento se encontrava sem vaga na escola: “O Energia tinha um diferencial. Agora temos que encontrar o nosso diferencial.” (ver contexto na pág, 55).

O material didático é um instrumento chave na construção das propagandas, pois, como visto anteriormente, fazem parte do mito da qualidade de ensino privado e possibilitam um comércio desagregado do restante do pacote educacional (principalmente para a esfera pública). Também por isso, vários colégios assumem ter a melhor qualidade em material didático entre as demais escolas-empresas. São exemplos de marcas voltadas para apostilagem e que reivindicam qualidade inigualável no plano didático: o citado COC, a empresa Anglo de ensino, os colégios Pitágoras, e sistema Objetivo e o reconhecido material da Positivo (MOURA CASTRO, 2007; ANDRADE, 2008).

Por via de regra, as apostilas também ganham destaque na campanha em análise, na qual o objetivo é representar o diferencial da marca Energia, como na imagem abaixo. A afirmação de que esta é a intenção da propaganda decorre da relação estabelecida no site issonaoepraqualquerum.com.br entre *hiperlink* “diferencial” com a foto abaixo:



**UM DOS MELHORES
MATERIAIS
DIDÁTICOS DO PAÍS**

MATERIAL DIDÁTICO EXCLUSIVO E DE ALTO PADRÃO.

Da Educação Infantil ao Pré-Vestibular, o que já era bom vai ficar ainda melhor: vamos estreitar um material didático completamente novo que terá autores consagrados e o seu conteúdo será renovado e atualizado ano a ano.

O Ensino Médio terá uma grande mudança, com foco nas áreas do conhecimento solicitadas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Da mesma forma, o material do Pré-Vestibular e do Terceirão, focados nos vestibulares de Santa Catarina e de outros Estados, terão ênfase na preparação para o ENEM. Em ambos haverá reforço especial na produção textual, pois a redação e as questões discursivas são decisivas para a aprovação.

Já no Ensino Fundamental, o material valorizará a interdisciplinaridade, com uma nova dinâmica para preparar melhor a base de conhecimento do aluno. Na Educação Infantil, o novo material para crianças a partir dos dois anos será como um suporte dos projetos investigativos, que trabalham o saber a partir dos interesses das crianças, contribuindo significativamente para o desenvolvimento das múltiplas linguagens.

Figura 6. Material didático exclusivo e de alto padrão. Acesso: 02.11.2015

Colocando-se na perspectiva do público-alvo (aluno e família), é demasiadamente complicado identificar os diferenciais qualitativos entres os sistemas de ensino concorrentes, visto que os argumentos se repetem exaustivamente, por estarem fundamentados na metodologia de marketing educacional. Combinado ainda às determinações das diretrizes nacionais curriculares, por vezes, utilizam o mesmo linguajar técnico, como no caso do uso do termo “múltiplas linguagens”. Para mencionar outro exemplo prático, percebe-se a crescente tendência de inclinação dos cursinhos para o exame do ENEM em resposta da preferência de adoção da prova para entrar na universidade. Nesse caso, os pré-vestibulares tendem a desprivilegiar o exame vestibular, o qual possibilitou a origem de sua existência. Pode ser

percebido em concordância com a propaganda citada, e, da mesma forma, quando investigado nos demais sites e portais de sistemas de ensino com propósitos semelhantes. De forma sutil o ENEM começa a aparecer nas propagandas até que, então, assume a cena na forma de protagonista, assim como efetivado na propaganda abaixo. No caso Energia, de largada, foi solicitado a liderança absoluta do ENEM:



Figura 7. Líder Absoluto do ENEM há 7 anos. Acesso: 21.10.2015

Por conseguinte, pode-se afirmar a partir da relação entre ensino superior e curso preparatórios, que o primeiro determina um conjunto de conteúdos, os quais, mais tarde, veiculados por especialistas das respectivas empresas serão enquadrados no pacote de treinamento dos sistemas de ensino. Estudos críticos sobre as apostilas de ensino franqueado têm seu interesse frequente voltado para as problemáticas que recorrem da incorporação desse material em escolas públicas. Em resumo, alerta-se que:

O material didático padronizado, feito longe da realidade escolar, dissocia-se do ritmo e do contexto de alunos e professores, o que impossibilita uma integração real do conteúdo com a realidade sociocultural de ambos e transforma o ensino em mercadoria, pois o vende como pronto, organizado e “empacotado”. (ANDRADE, 2008, p. 163)

Não obstante, para os defensores do método os argumentos consistem na ideia de quanto mais minuciosamente planejado o ensino maior a sua qualidade. Desse modo, os pressupostos aparecem invertidos, em razão de indicar o uso da apostila condiciona melhor aproveitamento do tempo em sala, visto que agiliza o trabalho do professor e assim lhe proporciona espaço para encaminhar o estudo além do programado. Os defensores ainda alegam que o material de ponta complementa a formação cada vez mais fragilizada dos

professores.⁶⁵ Todavia, no que se refere ao último argumento, foi considerado meio da obra *A Produção da escola pública contemporânea* (2006), que a invenção do material didático no período moderno instrumentalizou a fragmentação do conhecimento do professor em esferas de conhecimento. No presente caso, entende-se que a tendência do professor ao receber o material programado de proveniência “especializada” exclui a necessidade de pesquisar e criticar os conteúdos, porque acredita que os Conselhos Editoriais dedicados em captar as novas determinação para o ENEM ou vestibular já o fizeram. Sendo assim, compreende-se aqui que as apostilas agravam o enrijecimento do aluno e professor em sala de aula, dado que reproduzem a simplificação do conhecimento livresco elaborado e, no recorte presente estudo, distorcem os critérios de ingresso para ensino superior. Sobre este último, na formação do tipo Terceirão, no qual propaganda sugere o ganho de um ano no adiantamento do estudo pré-vestibular, preserva-se a leitura das obras completas apenas no que tange ao conteúdo literário referente à lista solicitada naquele ano; e, em tudo mais, baseia-se na programação da apostila.⁶⁶ Sobre este último, Andrade (2008) alerta que os estudantes perdem o contato com outros tipos fontes e possuem dificuldades de interpretá-las, pois tendem a aceitar a organização de estudo proposta no material e consideram que a atualização recorrente (assim como a figura 4 ressalta bem como o site em referência reafirma) garante qualidade do material além de excluir possíveis erros (ALVES, 2006; ANDRADE, 2008; MOURA CASTRO, 2008).⁶⁷

No ano de 2007, um artigo concedido para *Revista Veja* abriu o debate para a ambivalência, ou seja, ônus e bônus do uso de apostilas em sala de aula. Alcinhas de “O Satanás apostilado” em um curto texto, o economista Cláudio Moura Castro arriscou-se no debate educacional em defesa da apostilagem.⁶⁸ Segundo o que discorda, as apostilas “embaralham-se numa sucessão de ecos sem fim e sem propósito [...] envoltos pela aura

65 MOURA CASTRO, Claudio de. Sistema de ensino: Satanás apostilado?. **Revista online Educar para Crescer**. São Paulo: Editora Abril, 17.12.2008. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/gestao-escolar/servicos-educacionais-410076.shtml> Acesso: 06.11.2015

66 “O Terceirão faz os estudantes ganharem um ano em sua vida: podem concluir o Ensino Médio e, ao mesmo tempo, se prepararem para o vestibular. No final, cursam o Superintensivo, já incluído no Terceirão, para uma revisão final de todo o conteúdo.” Disponível em: <http://www.energiaitajai.com.br/Sistema-de-Ensino/> Acesso: 12.11.2015.

67 Gráfica Editora Energia. Disponível em: <http://www.graficaeditoraenergia.com.br/proposta.php>>. Acesso: 08.11.2015.

68 MOURA CASTRO, Cláudio. Satanás Apostilado. **Revista Veja**. Edição 2022, ano 40, no 33. São Paulo: Editora Abril, 22 de agosto de 2007. Disponível em: <http://claudiomouracastro.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Satan%C3%A1s-Apostilado-22-de-Agosto-de-2007.pdf>>. Acesso: 06.11.2015.

clássica da memorização/reprodução [...] de modo que não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento [...]” Ao que parece, o economista identifica como ideal a metodologia empregada para avaliar a totalidade nacional do ensino médio, já que “Tais resultados demonstram ser infundada a queixa de que as "apostilas" não dão uma verdadeira educação, já que o Enem mede raciocínio, e não decoreba.” Além de confundir educação com escolaridade, o economista ainda argumenta que o serviço público realizado pelas secretarias municipais de educação é falho na oferta de apoio técnico ao professor; no entanto, o serviço de avaliar a qualidade de ensino em um país com dimensões continentais por meio da implementação de um sistema unificado e com ênfase numa só prova lhe parece bastante conveniente. Ao tornar inquestionável a qualidade das apostilas mediante a apresentação de estatísticas, o autor chega em fins de conclusão: “Portanto, há claros indícios de que os apostiladores criaram uma solução brasileira de grandes méritos e originalidade. Inovação única no mundo, já se cogita a sua exportação.” (MOURA CASTRO, 2007).

Dessa vez, levando em conta os aspectos socioeconômicos divergentes nas escolas públicas e particulares, o autor – assim como outros já citados – assume que o uso das apostilas têm tido resultados em número de aprovações mesmo quando aplicados no setor público. O que não garante a qualidade do material da forma como os privatistas nos querem fazer crer. A fim de subsidiar fundamentos para a afirmação, acredito que convém apresentar um processo jurídico ocorrido no ano de 2007, no qual o problema consta no conteúdo histórico das apostilas de ensino do COC.

Noticiado pela Revista Veja, o caso foi apresentado como denúncia da mãe de aluna e dona de casa, quem havia acusado a escola por uso de material doutrinário ideológico marxista. Na verdade, a denúncia que envolveu as apostilas do sistema foram proferidas pela jornalista e mãe de aluna, Mirian Macedo, quem julgou o material pelo conteúdo simplificado, anacrônico, com erros de ortografia – e que para seu espanto – envolviam aspectos ideológicos.⁶⁹ Para exemplo, constava no material retirado de circulação que as desigualdades sociais provenientes da relação de propriedade privada fundadas na Grécia do

69 A respeito do caso, reivindicado o direito à resposta o José Henrique del Castillo Melo, em nome da empresa COC, emitiu a seguinte nota: “No processo de produção editorial podem ocorrer falhas e imprecisões. Nós, do Sistema COC, temos o compromisso de fazer as correções, por meio do uso do material por professores e alunos, ou de leitura crítica. Erratas são enviadas às escolas parceiras, e na edição seguinte o material impresso é retificado. Honramos sempre tal compromisso.” Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/19-luta-sem-classe>>. Acesso: 08.11.2015.

período arcaico eram, hoje, um mal que os capitalistas procuravam acobertar. Outros anacronismos e certas determinismos históricos também foram identificados na revista, mas, sobretudo, a crítica publicada pela Veja preferiu martirizar a ideologia “esquerdista” e vulgar contida no material; desviando do conteúdo errôneo e crítica rasa de conteúdo histórico.⁷⁰ Recorrendo a outras notícias para elucidar o caso, identificou-se que o mesmo foi muito bem acolhido pelo alardeante movimento das Escolas Sem Partido, pois, foi por meio da organização, que Mirian Macedo realizou a primeira denúncia inferindo para tentativa de doutrinação do material.⁷¹ Apesar de certos apontamentos que correspondem – como o equívoco de anacronismo na tentativa de traçar relação passado presente – Macedo também demonstrou desconhecimento sobre o ofício do historiador, ao declarar que o conteúdo histórico deveria estar dissociado de ideologia, e logo, especula-se que o entende como passivo à neutralidade científica.

Em contrapartida, os professores do ensino COC do colégio situado em Araraquara – que pouco foram ouvidos pela mídia – procuraram desmentir às difamações, reafirmando qualidade do material e a deturpação dos fatos na publicação da Revista Veja. Na matéria publicada pelo Jornal de Araraquara, o professor história da rede de COC da cidade declarou de forma mais consciente: “Esse material passou por um Conselho Editorial e se ele vende ideologia, com certeza não seria num material de escola particular que está ligada ao mercado. Que crítica poderia fazer ao capitalismo?”⁷² Na mesma matéria em referência, Paulo Henrique, coordenador do ensino médio e pré-vestibular do COC em Araraquara, discordou

70 ANTUNES, Camila. Mãe ganha na Justiça o direito de protestar contra o colégio da filha. **Revista Veja**. São Paulo: **Editora Abril**, 13 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/midia/93-caso-coc-e-noticia-na-veja>>. Acesso: 10.11.2015

71 Escola sem partido é uma associação que atua na denúncia da perspectiva crítica ou militante do ensino escolar. Acreditando sem possível um ensino dissociado de ideologia, o movimento tem sido alardeante para com os estudos marxistas. Em contrapartida, também age o movimento em resposta denominado Movimento liberdade para ensinar. Escola sem partido disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 10.11.2015. Movimento liberdade para ensinar. Disponível em: <<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/>>. Acesso em: 12.11.2015.

72 Declaração do professor Fábio Geraldo, professor de história do sistema COC em Araraquara, sobre o conteúdo do material reportado pela Veja e Escola sem Partido: “O conteúdo da matéria passou uma informação equivocada e vende uma ideia de que o material não tem qualidade e é esquerdizante e ideologizante. O material do COC fala de coisas, em termos históricos, que todos os demais materiais falam. Na matéria eles recortam trechos da apostila e fazem interpretações, mas retirar uma frase do contexto e julgá-la é complicado. No contexto as frases se explicam e se juntam a outras informações para explicar uma linha de pensamento mas o material também expõe outras visões. Esse material passou por um Conselho Editorial e se ele vende ideologia, com certeza não seria num material de escola particular que está ligada ao mercado. Que crítica poderia fazer ao capitalismo?” Disponível em: <<http://www.jornaldeararaquara.com.br/index.pas?codmat=33776&pub=2>>. Acesso em: 08.11.2015.

da necessidade de revisão no presente caso, afirmando confiança ferrenha no Conselho Editorial do material COC:

Na reportagem é mostrado um depoimento do dono do COC dizendo que o livro está errado e será corrigido mas, na verdade, não existirá correção pois o material não está errado. Não temos a pretensão de dizer que nosso material não tem erro, mas anualmente ele é revisado e se houver necessidade de fazer alguma mudança, inclusive em relação a isso que foi colocado, a editora fará o que for necessário.

Polêmicas à parte, tentou-se exemplificar aqui que mesmo os colégios consagrados em índices escolares – dos quais os materiais didáticos possuem capacidade de qualificar também o ensino público em índices e exame – e que são apostilas produzidos por empresas “especializadas” e aprovadas em conselhos editoriais, estão igualmente passíveis de erros. Apesar disso, não vieram a ser publicados os textos didáticos na íntegra (somente comentado pela jornalista), sendo que, nesse caso, é possível esperar distorções a respeito do conteúdo. Tanto no que se refere ao linguajar utilizado na construção da crítica, e principalmente, na intensão por de trás da do movimento pela Escola Sem Partido. Portanto, a fins de conclusão sobre os materiais didáticos, faz-se válido destacar que a atualização especializada e usual não garante qualidade impecável, e que sua aplicação no ensino público não tem nenhuma capacidade de democratizar os acesso à universidade, ou mesmo dar acesso à educação das elites. Isso posto, faz-se necessário desenvolver a respeito de outras metodologias que estão presentes nas escolas-empresas e fazem parte do conjunto de treinamento compulsório para exames que como consumavam dizer é “puxado, mas funciona” (ANDRADE, 2008).

Confundido aprendizagem com treinamento, os pré-vestibulares caracterizam no Brasil o denominado mercado de explicações dos futuros bem sucedidos, identificados dentre outras práticas internacionais, as quais auxiliam o processo de reprodução da estrutura social. Com maiores vantagens educacionais de todo o tipo, os privilegiados ainda contam com o acesso a aulas particulares, explicativas e direcionadas a fim de os catapultar nos exames dos almejados cursos. A distinção dos pré-vestibulares dentre outras práticas internacionais de explicação está no formato semelhante à estrutura escolar, no qual o professor se dirige ao grande público; enquanto outros países preferenciam a escolarização à domicílio ou aulas particulares de cunho individual. Em virtude disso, a figura do professor não perde sua relevância no ensino aprendizagem por mais tecnologias que possam ser inseridas em sala de aula. Em contrapartida, o professor dos Terceirões nas escolas-empresas se diferencia, em

muito, na sua forma didática e até mesmo na função que a instituição exige em seu trabalho, pois, podem se tornar personagens protagonistas da instituição escolar. Parafraseando novamente o material de Dicas para Marketing Escolar: “Dessa maneira, as aulas devem ser hilárias e gerar fatos novos, comprometendo os alunos com os conteúdos.” (ARIZA, 2006, p. 15; COSTA, 2007).

Concebe-se aqui, então, a definição de aula espetáculo, da qual, eu, por inúmeras vezes, fui espectadora. Compartilhada por uma sala de aula com uma média de 90 alunos, a figura do professor se torna um *show man*, com direto a palco, microfone e amplificadores.⁷³ É preciso interagir, chamar a atenção, inovar, tornar hilário, entreter e ensinar concomitante, tal como pede a orientação dos marketeiros. Também pode ser necessário se tornar figura pública principalmente quanto convertido em porta-vozes da instituição. Deverá estar dispostos aos meios televisivos e solícito para modelar em propagandas. Sobretudo, deve estar inteirado de macetes, quanto mais criativos possíveis, bem como seguir o andamento do planejado Terceirão. Para ser professor de escola-empresa, sobretudo, deve-se “vestir a camisa” da marca, visto que podem vir a representar o diferencial de determinada marca (SAMPAIO, 2005, apud BARREIRO, 2013).

Portanto, referentes aos costumes culturais nas escolas-empresas, outra prática possível de aplicação nos cursos preparatórios, do tipo produtivista empresarial escolar, se dá por meio da separação dos alunos em turmas por critério de desempenho ou aspiração. A partir desse método um tanto excludente, as empresas podem concentrar em uma só classe aqueles pupilos que mais tarde serão o ar da graça em *outdoors* das marcas e devidamente acompanhar o paulatino progresso de tais indivíduos que não de se tornar estatísticas. O mérito nesse sistema escolar empresarial é bastante notável, pois, se já é hábito do professor emitir um perfil para a turma, nesta conjuntura em especial, ficará ainda mais explícita a caracterização do grupo por aspectos qualitativos e idôneos, encorajados pela metodologia do curso. Acima de tudo, a prática de promoção e seleção de certos alunos – que já dentre os diferenciados tornam-se os eleitos – certamente podem condicionar reflexos ideológicos na formação de identidade; tanto para sujeitos ufanados, como para o restante.

73 Das características identificadas na estrutura didática do modelo Terceirão: “O projeto é realizado em salas com adequação para atender turmas de até 100 alunos [...] São utilizados os seguintes recursos pedagógicos: sistema de som, projetor de multimídia, Revistas, livros de literatura, apostila com provas de Concursos Vestibulares de anos anteriores da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e ENEM” (FONSECA, 2013, p. 34)

Torna-se possível a realização da prática descrita para as escolas-empresas com demasiado contingente discente (algo bastante comum). Assim podem tanto adotar essa prática produtivista de treinamento, bem como já dispõe de maior chance e probabilidade no acúmulo de aprovações. O professor Walter Maldonado, do respectivo Sistema Energia, em entrevista para o ClicRBS no mês de agosto deste ano declarou desconhecer-la em uso nas escolas do Sul, ainda que a identificasse como uma prática dos pré-vestibulares na Região Sudeste. Não elencando os motivos para desuso, o professor explica, na revista em referência, que ao reunir os alunos “promissores” as empresas automaticamente “forjam” os resultados, visto que concentram em uma turma os melhores, e assim, alcançam o topo do *ranking* nacional (ROSA, 2015).⁷⁴

Dado como real e experimentado o método de seleção dos alunos promissores, convém descrever o tipo de aluno ideal, que em suma, é aquele que permite à escola comprovar suas estatísticas. Especular a respeito da formação dos indivíduos e da forma como pode vir a contribuir para reproduzir a ordem social estabelecida carece de demasiada prudência para com determinismos. Então, considera-se válido reponderar que não somente pela cultura escolar estão sendo formados esses sujeitos, mas que são igualmente influenciados em diferentes níveis pela composição familiar variada, pela cultura de entretenimento consumida, entre outras, que correspondem a complexidade da trajetória particular de vida.

Nessa perspectiva, torna-se interessante analisar que a empresa Energia prioriza determinadas profissões historicamente consagradas, quando – para convencimento do público – constroem o argumento através de estatísticas. Por exemplo, no site oficial do Sistema registra-se como informações relevantes para padrão de qualidade em ensino a aprovação nos cursos de Medicina e Odontologia na UFSC com uma porcentagem de 50%, em seguida de 60% nos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Fisioterapia para a UDESC. Nota-se que, não estão apresentados as informações utilizadas na produção das estatísticas, e por isso, para o cliente, não são transparentes se tratam de informações históricas ou de números mais recentes, da quantidade de alunos que contabilizaram na

74 ROSA, Gabriel. Escolas e cursinhos de Santa Catarina não priorizam os estudantes para Enem. **Revista Clic RBS**. Santa Catarina: Grupo RBS, 07 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/08/escolas-e-cursinhos-de-santa-catarina-nao-priorizam-os-estudantes-para-o-enem-4818024.html>>. Acesso: 05.11.2015 .

contagem e até o porquê da relevância desses cursos. A respeito deste último, torna-se de suma importância dedicar alguns últimos parágrafos e ressaltar que a campanha aqui analisada também não poderia ter deixado este argumento de fora.⁷⁵



Figura 8. Maior aprovação em Medicina na Região. (site de Chapecó). Acesso: 13.11.2015.

Noutro momento, falou-se que certas pesquisas – realizadas em torno do debate sobre democratização do acesso à universidade – têm discutido a respeito dos critérios de pré-seleção à entrada na universidade. A pré-seleção estaria condicionada pelas possibilidades de experiências que levariam o estudante do ensino básico optar ou não pela tentativa de entrada na universidade. Esses aspectos, que se apresentam também como incentivos, por vezes, não chegam à convencer ou serem acessíveis para determinados grupos de estudantes, os quais ao final da formação básica adentram o mercado de trabalho. As condições econômicas são importantes, principalmente, porque a maioria das instituições de ensino superior no Brasil hoje são privadas, sendo as de carácter público geralmente mais concorridas. Igualmente, as pesquisas tem considerado a formação escolar dos pais como um aspecto determinante para a pré-seleção, pois, presume-se que a família com maior grau de escolaridade endosse à procura pelo ensino superior. O mercado de trabalho também será um critério pensado pelos estudantes na busca por um curso de graduação. Da mesma forma, nem todos os colégios enfatizam a experiência de prestar o exame de vestibular, assim como os colégios-empresas os fazem diariamente, porque se trata do seu objeto de mercado. Talvez, com relação ao incentivo escolar desigual, pode ser uma condicionante em decréscimo, considerando a incorporação da tendência do ENEM, tendo em vista que a instituição deve prestar com responsabilidade o exame federal e dessa forma os alunos são amplamente aconselhados a

75 Sistema Energia, matrículas, hiperlink “Mais informações”. Disponível em: <<http://www.energia.com.br/matriculas.php>>. Acesso em: 13.11.2015.

fazê-lo (RIBEIRO; KLEIN, 1982; SATO, 2012; PEREIRA, 2007).

Em virtude da ênfase na rotina escolar voltada para o ensino superior, assume-se na propaganda que os métodos de avaliação também são o diferencial, posicionando entre o melhor tipo, na preparação para os exames; seja vestibular ou ENEM:



Figura 9. Ter o mais completo método de avaliação. Acesso: 12.11.2015

Dessa forma, habituado com simulados e provas de cunho semelhante ao vestibular, o aluno Energia adquire, através de treinamentos, uma experiência em vestibulares, das quais, muitos alunos que não usufruem dos cursos preparatórios estão a parte.

Em virtude desse fato, concorrendo entre pessoas com as mesmas disposições sociais verticalizam-se demasiadamente as formações em cursos prestigiados de instituições qualificadas ao ponto de restringir e reservar um número considerável de vagas para certos grupos sociais. Em suma, são esses cursos que mais recrutam alunos para as escolas empresas – que mesmo repetem os programas de pré-vestibulares até a efetiva aprovação – e que por isso, são aprovações em cursos que ressaltam as propagandas de marketing escolar em geral. Desconheço um pré-vestibular do tipo escola-empresa, consumidora de marketing escolar, que reserve *ranking* para as aprovações nos cursos de sociologia, filosofia e tampouco história. Estes são contabilizados enquanto dados estatístico, mas deslegitimados enquanto algo promissor, talvez, porque nem sejam profissões valorizadas por essa concepção produtivista educativa. Como agravante da extrema competitividade, os alunos que se dedicam a rotina exacerbada de treinamento e simulados, quando adquirem a vaga reconhecem-na enquanto resultado da combinação do esforço individual junto à marca de sistema de ensino.

A competição acirrada entre o próprio grupo social e de convívio pode levar ao desconhecimento dos outros impossibilitados de competir:

As opiniões dos universitários sobre aprovação e reprovação pelo dispositivo meritocrático de seleção indicam que eles acreditam na legitimidade do mérito escolar, seja por entenderem ser os mais bem preparados, o que justifica seu bom êxito no concurso vestibular, seja por justificarem as desclassificações dos não-aprovados, devida exclusivamente à performance individual do candidato. [...] Enfim, a legitimidade do mérito exerce uma dupla ação: para os que obtiveram sucesso nos seus dispositivos de avaliação, a premiação é considerada justa e é compensada pela conquista de uma vaga e o reconhecimento por parte dos outros. Para aqueles que não alcançaram êxito, a punição é considerada merecida, pois leva ao desconforto da reprovação, à desmoralização, ao esquecimento. (SATO, 2011, p. 128)

Dessa forma, origina-se um ciclo que reproduz a clientela desses tipos de colégios empresariais que comercializam promessas de vagas no ensino superior público. Porque tanto é procurado pelos alunos com objetivos de competir vantajosamente pelas vagas acirradas, como também os incentiva na procura por tais cursos competitivos; assim, no futuro, geram-se estatísticas dignas de *ranking*, o que aproxima se da procura da clientela vestibulanda, e assim, sucessivamente. Esse consumo de conteúdo escolar pelos cursos preparatórios, que já contam com prazos de validade no caso de aprovação em exames, têm sido caracterizado sob outras denominações, como por exemplo a *mcdonaldização* escolar (ANDRADE, 2008), ou como mercado das explicações para os herdeiros (COSTA, 2007) e até mesmo de Satanás Apostilado (2007).

Entretanto, no caso do presente estudo, caracterizados a partir da ideia construída por escola-empresa foram concebidas como instituições que a partir da venda de treinamento explicativo em exames do ensino superior, não apenas garante sua clientela, bem como produzem e reproduzem um conjunto de valores convenientes para manutenção da lógica social individualizada e competitiva. Pois, considera-se que, além de simplificar conteúdos críticos para enquadramento em apostilas, também atua para que o estudante desenvolva espírito altamente competitivo e se posicione enquanto um sujeito conquistador de mérito. Se assim não o fosse, porque outros motivos lhes interessariam ocultar o massivo contingente de desaprovados produzidos pelas próprias marcas, devido ao número reduzido de vagas e o montante excessivo de alunos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho de conclusão de curso em História, que em breve se encerra, buscou-se compreender quais aspectos da escolaridade privada têm auxiliado na reprodução da lógica social em tempo presente, ao centrar a análise para o problema dos ensinos preparatórios voltados no ingresso ao superior público. Com dada ênfase para quais meios de autoreprodução das escolas do tipo empresa têm auxiliado para o cerceamento da educação de qualidade. Consistindo em uma prática histórica, o método de exames solicitados pelas universidades públicas, por seu caráter seletivo, têm corroborado para a reserva de determinados cursos de prestígio para sujeitos com plenas condições sociais de acesso à escolaridade. Outro problema, é que pesquisas com preocupações semelhantes têm constatado que o estilo de vida decisivo para o acesso à universidade foge do reconhecimento do público que o usufruí. Por conseguinte, grande parte dessa ausência de reconhecimento se situa na incapacidade dos próprios sujeitos de analisar a sua condição de pertencimento social; o mesmo que dizer, tornam-se habituados a não se posicionarem enquanto sujeito consciente do seu histórico social. O que nesta pesquisa se procurou compreender como parte dos apelos e reflexos ideológicos do processo de empresariamento do sujeito, identificados no fenômeno das escolas-empresas.

Dessa forma, observou-se o processo pelo qual as alcunhadas escolas-empresas têm reproduzido sua clientela escolar, concomitante a distração dos elementos de desigualdade social, apresentando-se como instrumento facilitador do ingresso no ensino superior. Apropriando-se de certos argumentos que dão consistência para o reconhecimento popular da qualidade de Escola Completa, as instituições se colocam como grandes responsáveis pelas conquistas, desvaindo condições sociais como fatores de peso nas aprovações. Ainda obstante, a cultura escolar dessas escolas com ênfase em concorrência – tanto no seu mercado entre escolas, quanto na competitividade entre alunos – incitam condutas de hostilidade entre o corpo discente, os quais disputam pelo reconhecimento idôneo. Por influenciar na formação de indivíduo competitivo é recorrente a reprodução de valores meritocráticos, os quais, por conseguinte, contribuem para a dificuldade de se posicionarem enquanto sujeitos históricos sociais, em virtude das suas particularidades. O indivíduo capaz de enaltecer o próprio mérito não o percebe em diálogo com outras condicionantes, que não as da própria personalidade; e

se esquece de que esta última é efeito de apropriações das características sociais e culturais. Na busca constante por fazer-se a si mesmo e sem conseguir se enquadrar numa dada conjuntura, acredita-se que essa formação do sujeito escolar não é qualitativa, no que tange ao pensamento crítico e construtivo do ser social. Pois, assume-se que, um sujeito desraigado de consciência coletiva, dificilmente se tornará receptível ao alargamento das relações democrática (AGUIAR, 2013; SOUZA, 2009)

Convém salientar que esses reflexos ideológicos do neoliberalismo na educação escolar pouquíssimas vezes se tornam contestados, como se pôde ver no movimento extremado da Escola Sem Partido. Sobretudo, são atacadas os partidários da mudança e, principalmente, os dedicados a pensar na instrução qualitativa de capacitação da reflexão histórica e sociológica. São tempos difíceis estes para com a identificação dos estudos críticos dedicados à quaisquer denúncias. Eventos bastante radicais e, lamentavelmente não dialogáveis, se organizam em torno de pautas do tipo “pelo fim de Paulo Freire e Karl Marx”. Tendo em vista a extrema conjuntura, não seria surpreendente alguma manifestação em prol do direito de ser alinhado.

Do mais, resta considerar a imensidão de pais e alunos que na condição de clientes das escolas-empresas ainda acreditam estar sendo preparados pelos melhores profissionais, e que creem estar investindo numa educação plena. Mas, estão esquecidos de que a educação não se faz somente por uma boa instituição familiar e por melhor condição escolar que seja. A educação se constitui, sobretudo, pela experiência de vida; o que por vezes, pode vir ou não abençoada de privilégios. Em vistas disso, a ordem social capitalista até consegue propiciar – com os devidos “bons” preços – melhores experiências de vida, todavia, é igualmente incapaz de proporcioná-la a todos. Compreende-se, então, que este tipo de escolaridade é limitado em qualidade de formação para a cidadania democrática.

Em razão deste último, surgem contradições de todo o tipo possíveis, das quais, em suma, impossibilitam uma mínima harmonia social e repelem a melhoria na qualidade educativa. Por todos os motivos aqui elencados, defende-se, então, que qualidade em educação não é algo comercializável, portátil e muito menos um *commodity*! Mas a educação na forma escolaridade já há muito têm sido (re)significada conforme o ritmo da concorrência social e do mercado. Retomando a discussão acerca de educação e escolaridade, agora correlacionada aos modelos de ensino analisados, conclui-se que estes contêm maior apelo no caráter de legitimação da posição social e do entendimento da escolaridade enquanto

gradativas titulações e conquistas (dada a sua maior ênfase no ensino superior e com seletas profissões se comparado à formação básica). Em contrapartida, de mais importante, tal escolarização não apresenta melhorias consideráveis na receptividade pelo público-alvo discente. Desde muito, jovens alunos apreendem mais com situações fora do cerceamento escolar do que lhes é instruídos em sala de aula. Talvez porque, por inúmeras vezes, o conteúdo escolar se apresenta com prazo de validade, seja por determinada prova, término de formação básica, e no caso do presente estudo, no ingressos ao sistema de ensino superior. Não sendo de modo geral solicitado, interessado e muito menos engajado pelos estudantes, restam-lhes apenas desse modelo de aprendizagem escolar àquilo que por algum motivo desconhecido e particular julgou-lhe significativo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, José Vicente de Souza. **A escola e o empresariamento do sujeito**. Textura Canoas, n.27 p.97-113, jan/abr 2013.
- ALMEIDA, Ana Maria F. Um colégio para a elite paulista. In: ALMEIDA, A. M. F; NOGUEIRA, M. A. (Org). **A escolarização das elites: um panorama internacional de pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 135-147.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença Martins Fontes, 1980.
- ALVAREZ-URIA, Fernando. VARELA, Júlia. A maquinaria escolar. In: ALVAREZ-URIA, Fernando. VARELA, Júlia. **Arqueologia de la escuela**. Madri: Ediciones de la Piqueta, 1991.
- ALVES, Gilberto Luiz. **O Trabalho didático na Escola Moderna: formas históricas**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- ALVES, Gilberto Luiz. A produção da ideia de escola pública, universal e gratuita: Condorcet e Diderot. **Anais do Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, sociedade e educação no Brasil**, 4. São Paulo: UNICAMP, 14 a 19 de dezembro, 1997.
- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2006.
- ALVES, Manoel. **A histórica contribuição do ensino privado no Brasil**. Porto Alegre: Educação, v. 32, n. 1, jan-abri, 2009 p. 71-78
- ANDRADE, Fernanda Borges de. **Os “pacotes didáticos” e a autonomia do professor**. Dissertação (mestrado em Educação) Orientadora: Profa. Dra. Célia Maria de Castro Almeida - Universidade de Uberaba, 2008.
- ANTUNES, Camila. Mãe ganha na Justiça o direito de protestar contra o colégio da filha. **Revista Veja**. São Paulo: **Editora Abril**, 13 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/midia/93-caso-coc-e-noticia-na-veja>. Acesso: 10.11.2015.
- ARIZA, Ana Célia. **Dicas de Marketing Escolar**. Espírito Santo: Hoper Editora, 2006
- ARRUDA, E. E. ; KINJO, C. N. ; OLIVEIRA, L. D. S. . Mercado e escola: a expansão escolar amplia o consumo de material didático. In: Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2006, Curitiba/PR. **Anais do EDUCERE**, 6. Curitiba/PR: PUCPR, 2006.
- ARRUDA, E. E. ; KINJO, C. N. ; BARBOZA, M. M. . O processo de mercantilização do ensino no nível fundamental e médio, em uma capital brasileira de porte médio. In: Jornada

do Histedbr, 2008, São Carlos - SP. VIII Jornada do Histedbr. São Carlos - SP: Ufscar, 2008.

ATTUCH, Leonardo. A fórmula secreta do bilionário na educação. **Revista Istoé Dinheiro**, n 614. São Paulo: Editora Três, 8 setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/614/artigo143889-1.htm>>. Acesso: 10.10.2015.

AZEVEDO, Fernando. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. especial, p.188–204, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso: 08.10.2015.

BARBOSA, Maria Naftally Dantas. **Marketing Educacional**: estudo de caso das estratégias utilizadas pelo Convesti para competir no mercado das como um colégio completo. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientadora: Prof. Maria Paula Apolinário Zagui. UERN. Rio Grande do Norte: Mossoró, 2013.

BECKER, Marcelo. Dono da Marca Energia não gerencia licenciados, mas vai rever relação após fechamento do colégio em Criciúma. **Jornal Click RBS**. Santa Catarina, Grupo RBS. 9 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/02/dono-da-marca-energia-nao-gerencia-licenciados-mas-vai-rever-relacao-apos-fechamento-do-colegio-de-criciuma-3659139.html>>. Acesso: 12.11.2015.

BENDRAF, Eduard Angelo. A educação como commodity: a política de organismos internacionais. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 5, n. 1, p. 41-52, jun. 2008.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Recensão de Ana Paula Rosendo. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito**: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CARNIELLI, Beatrice Laura. Educação e estratificação social. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade Planalto de Filosofia, Ciências e Letras – Brasília. Orientador: José Leopoldino Das Graças Borges. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 113-139, jan./abr. 2005.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. **Institucionalização escolar no Brasil: 1879-1930**. Uberlândia: UFU, 2006.

CM CONSULTORIA, São Paulo, 15 de março de 2010. Seb divulga crescimento de 33% da Receita Líquida e 34% do EBITDA Ajustado em 2009. Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/arquivos/SEBRelatorio4T09.pdf>>. Acesso: 27.10.2015.

COPERVE, Comissão Permanente de Vestibular. Estatística de candidatos inscritos e classificados por escola de ensino médio (vestibular UFSC 2015). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://antiga.coperve.ufsc.br/vestibular2015/resultado/estatistica_escolaEnsinoMedio.pdf>. Acesso: 02.11.2015.

COPERVE. Relação Candidato Vaga/Vestibular 2014. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.vestibular2014.ufsc.br/files/2012/11/relacao-CV-cat31.pdf>>. Acesso em: 23.10.2015.

COSTA, Jorge A. As Explicações (aulas particulares) enquanto vantagem competitiva no mercado educativo: os 'novos herdeiros' e as estratégias privadas de sucesso público. Simpósio Brasileiro, 23., Congresso Luso-Brasileiro, 5., Colóquio Ibero Americano de Política e Administração da Educação 1. - Por uma escola de qualidade para todos, Porto Alegre, Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 11 a 14 de Novembro de 2007.

CUNHA, Antônio Eugênio. A história da educação privada brasileira e o princípio democrático da livre iniciativa. (s/d) Disponível em: <http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/A_HISTRIA_DA_EDUCAO_PRIVADA_BRASILEIRA_E_O_PRINCIPIO_DEMOCRATICO_DA_LIVRE_INICIATIVA.pdf>. Acesso: 01.09.2015.

CURRY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. **Cad. Pesquisa**. São Paulo, n. 81, p. 33-44. maio 1992.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

Diário Catarinense. Colégio Energia de Criciúma fecha as portas e deixa quase 2 mil alunos sem ter onde estudar no Sul de Santa Catarina. **Jornal Click RBS**. Santa Catarina: Grupo RBS, 8 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/02/colegio-energia-de-criciuma-fecha-as-portas-e-deixa-quase-2-mil-alunos-sem-ter-onde-estudar-no-sul-de-sc-3657196.html>> Acesso em: 14.11.2015

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 11^a ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1978.

FENEP, Federação Nacional das Escolas Privadas. Disponível em: <<http://www.fenep.org.br/>>. Acesso: 15.10.2015.

FLACH, Simone de Fátima. O direito à educação e sua relação com a ampliação da escolaridade obrigatória no Brasil. **Rev. Ensaio Avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 495-520, jul./set. 2009

FONSECA, Aucinei da. **O projeto Terceirão como instrumento facilitador ao acesso dos alunos da EEEFM Professor João Bento da Costa ao ensino superior: análise e avaliação.** Dissertação (Mestrado em Matemática). Orientador: Prof. Tomás Daniel Menendez Rodriguez – Fundação Universidade Federal De Rondônia – Paraná: UNIR, 2013

FORQUIN, Jean-Claud. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Tradução Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GARCIA, F. T. ; LOPES, L. F. D. ; IBDAIWI, T. K. R. . Comportamento do consumidor: características de preferência dos vestibulandos da cidade de Santa Maria/RS. In: Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 9. - CONVIBRA, 2012. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/37/2012_37_3846.pdf>. Acesso em: 10.11.2015.

GOMIDE, Denise Camargo. A escola sob dogma de mercado. In: Jornada Pedagógica da UNESP Marília, 2012. **Anais da Jornada Pedagógica.** - UNESP Marília, 2012.

GUEDES, Maria Denise. Educação e Formação Humana: a contribuição do pensamento de Marx para a análise da função da educação na sociedade capitalista contemporânea. **5ª Colóquio Internacional Marx Engels.** Unicamp: Campinas, novembro, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, José Silverio Baia. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar.** Caderno de Pesquisa. n. 104, 1998. p. 5-35

ILLICH, Ivan. **Sociedade Sem Escolas.** tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes: 1985.

Jus Brasil. Criciúma/SC Resultados de um colégio despejado. 8 de fevereiro de 2012. Santa Catarina: **Info Jus Brasil**, 08 de fevereiro de 2012. <<http://www.infojusbrasil.com.br/2012/02/criciumasc-resultados-de-um-colegio.html>>. Acesso em: 12.11.2015.

KOIKE, Beth. Brasil entre os mercados prioritários da Paerson. **Revista Observatória da Imprensa.** Edição 756. São Paulo/Campinas: Observatório da Imprensa, 23 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/ed756-brasil-entre-os-mercados-prioritarios-do-grupo-pearson/>>. Acesso em: 30.10.2015.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach.** Tradução Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Centauro, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MONACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. 3ª Edição. São Paulo, Autores Associados, 1992.

NEOVOX Comunicação. Disponível em: <<http://neovox.com.br/>>. Acesso em: 05.10.2015
Sistema de Ensino Energia. Página Encontre sua Energia, plataforma no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/suaenergia/?fref=ts>>. Acesso em: 10.10.2015.

NETO, Afonso Cavalheiro. **A escola como expressão e resposta às exigências dos modelos de produção do capital**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: João Luiz Gasparin. Maringá, 2006

OLIVEIRA, R. P. . A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade** (Impresso) , v. 30, p. 739-760, 2009.

OSWALD, Vivian. Grupo Pearson aposta em educação no Brasil e em outros países emergentes. **Jornal O Globo**. São Paulo: Editora O Globo, 23 Julho de 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/negocios/grupo-pearson-aposta-em-educacao-no-brasil-em-outros-paises-emergentes-17275440#ixzz3q5ZkyvDk>>. Acesso em: 30.10.2015.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Pré vestibulares populares em Porto Alegre**: na fronteira entre o público e o privado. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora : Marie Jane Soares Carvalho. Porto Alegre, 2007.

PERONI, Vera Maria Vidal. As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira. **37ª Reunião Nacional da ANPED** – UFSC – Florianópolis, 04 a 08 de outubro de 2015.

PIERONI, Rodrigo Figueiredo. A expansão do ensino franqueado: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNICAMP. Orientadora: Eloisa de Mattos Hofling, 1998.

Portal do Colégio Bom Jesus. Disponível em: <www.bomjesus.br>. Acesso em: 22.09.2015.

Portal do Curso e Colégio Energia Barreiros. Disponível em: <<http://www.energiabarreiros.com.br/conteudo/matriculas-terceirao/>>. Acesso em: 12.11.2015.

Portal do Curso e Colégio Energia Itajaí. Disponível em: <<http://www.energiaitajai.com.br/Sistema-de-Ensino/>>. Acesso em: 12.11.2015.

Portal Sistema Curso e Colégio Energia. Disponível em: <<http://www.energia.com.br/index.html>>. Acesso em: 21.10.2015.

Redação Jornal de Araraquara. Grupo COC vende apostilas “com viés ideológico”. São

Paulo: **Jornal de Araraquara**, 16 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.jornaldeararaquara.com.br/index.pas?codmat=33776&pub=2>>. Acesso em: 08.11.2015.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Sérgio Costa; KEIM, Ruben. A divisão interna da universidade: posição social das carreiras. **Revista Educação e Seleção**, nº 5, jan./jun. 1982.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1939-1973)**. 8ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

ROUSSELET, Felipe; FARIA, Glauco. Educação sob domínio do capital. Estrangeiro. ed. 124. **Revista Digital Fórum**. São Paulo/Bela Vista: Portal Fórum, 23 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/08/sob-o-dominio-do-capital-estrangeiro/>>. Acesso: 04.11.2015.

ROSA, Gabriel. Escolas e cursinhos de Santa Catarina não priorizam os estudantes para Enem. **Revista Clic RBS**. Santa Catarina: Grupo RBS, 07 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/08/escolas-e-cursinhos-de-santa-catarina-nao-priorizam-os-estudantes-para-o-enem-4818024.html>>. Acesso: 05.11.2015.

SATO, Silvana Rodrigues de Souza. Trajetórias escolares favorecidas e bem sucedidas no percurso até a Universidade Federal de Santa Catarina. **VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania**. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Maio-Junho de 2012.

SATO, Silvana Rodrigues de Souza. **Concurso vestibular: um dispositivo meritocrático de seleção para ingressar na Universidade Federal de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Ione Ribeiro Valle. Florianópolis, 2011

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. In: FERETTI, Celso João; ZIBASM, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felícia R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SAVIANI, D. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. especial, p. 147-167, 2008.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 3-27.

SAVIANI, D. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação** - nº 4 - jan./dez. 2005

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32ª Edição. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2000.

SILVA, Edson. “Método” COC é vendido para ingleses. **Revista digital Folha Uol**. São Paulo/Ribeirão Preto: Folha de São Paulo, 23 de julho 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2307201001.htm>. Acesso: 30.10.2015.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009

Sul in Foco. Após um ano do fechamento do colégio Energia professores ainda não foram pagos. Santa Catarina: **Portal de Notícias Sul in Foco**, 7 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.sulinfoco.com.br/apos-um-ano-do-fechamento-do-colegio-energia-professores-ainda-nao-foram-pagos>> Acesso em: 14.11.2015

THOMPSON, E. P. **A Miséria da teoria ou um planetário de erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALLE, Ione Ribeiro. BARRICHELLO; Fernanda Araújo. TOMASI, Juliane. **Seleção meritocrática versus desigualdade social**: quem são os inscritos e os classificados nos vestibulares da UFSC (1998-2007). Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 391-418, jul./dez. 2010.

XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. **Revista brasileira de história da educação**. No 5 jan-jun, 2003.